

**UniAGES
CENTRO UNIVERSITÁRIO
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

RONALDO SOUZA LIMA

**A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO FÍSICA DO ALUNO COM
TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA**

**Paripiranga-BA
2021**

RONALDO SOUZA LIMA

**A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO FÍSICA DO ALUNO COM
TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA**

Monografia apresentada no curso de graduação do Centro Universitário AGES, como um dos pré-requisitos para obtenção do título de Licenciatura em Educação Física.

Orientador: Prof. Me. Tiago de Melo Ramos.

Paripiranga-BA
2021

RONALDO SOUZA LIMA

**A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO FÍSICA DO ALUNO COM
TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA**

Monografia apresentada como exigência parcial
para obtenção do título de licenciado em Educação
Física, à Comissão Julgadora designada pelo
Colegiado do Curso de graduação do Centro
Universitário AGES.

Paripiranga, ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Tiago de Melo Ramos
UniAGES

Prof. Me. _____
UniAGES

Prof. Me. _____
UniAGES

Dedico este trabalho aos meus
digníssimos pais, que com amor
aquecem a minha alma e me ensinaram
a ver luz, mesmo onde só existiam trevas.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por estar comigo em todos os momentos da minha vida, abençoando-me, protegendo e me guiando.

Ao Centro Universitário AGES, que me acolheu e possibilitou o meu ingresso para que eu pudesse ter todo o conhecimento permitido durante essa etapa da minha vida.

Ao meu orientador, professor Me. Tiago de Melo Ramos, por sua competência e disponibilidade, obrigado pelas orientações e confiança que o senhor possibilitou a esse esforçado estudante o conhecimento sobre como elaborar uma pesquisa científica, visto que isso foi primordial para a minha formação acadêmica e pessoal.

Aos professores, Cleiton Antônio, Davi Soares e Maique Batista, por terem passado conhecimento e orientação, além da amizade construída dentro e fora da faculdade.

Imensamente, à minha mãe, Jivanice Mendes e meu pai, José Augusto de Lima pela educação e pelo incentivo aos estudos.

Ao meu irmão, pelo apoio, por não medir esforços para que eu chegasse até o momento sublime do dia de hoje.

À minha namorada, Anna Leia, por estar sempre ao meu lado, durante esse último ano de faculdade.

A todos os professores que estiveram comigo nesses quatro anos letivos, pela paciência, dedicação e empenho que sempre demonstraram.

A todos os acadêmicos, amigos e outros, que foram meus parceiros nessa etapa da minha trajetória, Luan de Jesus Delfino Andrade, Johnnatta Barreto, Marcos José, Cibele de Souza, Mônica de Souza e Igor Rabelo, aprendi muito com cada um de vocês.

Enfim, agradeço a todos!

Um mundo igualitário, justo e fraterno com as mesmas oportunidades de felicidade para todos, indiscriminadamente, é sem dúvida o maior ideal sonho de todos os educadores, administradores escolares, pedagogos, professores e recreadores nas diversas escolas do mundo. Enquanto os diversos governos educacionais e de ensino não percebem que o melhor caminho para a pedagogia do século XXI é a educação integral e inclusiva, com a participação identitária e a cidadania, é pelas artes e pelas atividades criativas escolares que podemos preparar as nossas especiais-iguais crianças e nossos jovens da mesma forma para uma vida adulta mais próxima de nossa realidade contemporânea e assim acelerar de forma digna por um pré-movimento pedagógico autônomo baseado na liberdade para um futuro cada vez mais próximo na mesma direção.

Ricardo V. Barradas

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo principal identificar os desafios do professor de Educação Física para incluir socialmente o autista no contexto escolar. Como objetivos específicos: identificar na literatura a importância normativa da inclusão no processo educacional; analisar as contribuições da Educação Física para o aluno com TEA; expor alternativas pedagógicas para inclusão dos alunos com TEA nas aulas de Educação Física. Metodologicamente trata-se de um estudo de revisão da literatura de natureza qualitativa e caráter descritivo, que ocorreu por meio da coleta e análises de artigos, monografias e documentos no período compreendido entre os meses de fevereiro a maio de 2021. Justifica-se a relevância do presente estudo, por contribuir para a formação dos profissionais da Educação Física, pois apesar dos desafios, é certo que o docente deve respeitar as limitações dos alunos com TEA, mas deve também, propor atividades incentivadoras que promovam estímulos e quem sabe, sua superação. Nota-se ainda que, apesar das dificuldades existentes, o processo de inclusão é sim possível, desde que haja comprometimento e envolvimento por parte do professor, de modo a incentivar os alunos a participarem das aulas de Educação Física. Espera-se, com esse trabalho, compartilhar dados que sirvam de estímulo para a melhoria da educação de crianças e jovens com TEA e, assim, reafirmar e chamar a atenção da sociedade quanto a importância da inclusão do aluno com TEA nas aulas Educação Física em razão dos benefícios psicomotores, sociais e culturais que essas atividades podem proporcionar.

PALAVRAS-CHAVE: Autismo; Alternativas Pedagógicas; Educação Física Escolar; Inclusão.

ABSTRACT

The present study has as main objective to identify the challenges of the Physical Education teacher to socially include the autistic person in the school context. As specific objectives: To identify in the literature the normative importance of inclusion in the educational process; analyze the contributions of Physical Education for the student with ASD; expose pedagogical alternatives for the inclusion of students with ASD in Physical Education classes. This methodological research is a literature review study of qualitative nature and descriptive character, which occurred through the collection and analysis of articles, monographs and documents in the period from February to May 2021. It is justified the relevance of this study, as it will contribute to the training of Physical Education professionals, because despite the challenges, it is true that the teacher must respect the limitations of students with ASD, but must also propose encouraging activities that promote stimuli and who knows, its overcoming. It is also noted that despite the existing difficulties, the inclusion process is indeed possible, as long as there is commitment and involvement on the part of the teacher, in order to encourage students to participate in Physical Education classes. It is hoped that this work will share data that will serve as a stimulus for improving the education of children and young people with ASD and, thus, reaffirm and call society's attention on the importance of including students with ASD in Physical Education classes because of the psychomotor, social and cultural benefits that these activities can provide.

Keywords: Autism; School Physical Education; Inclusion; Pedagogical Alternatives.

LISTA DE SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CIF	Código Internacional de Funcionalidade e Incapacidade
CID-10	Classificação Estatística Internacional de Doenças
CID-10	Classificação Internacional de Doenças
DCNs	Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica
DSM-IV	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
OMS	Organização Mundial de Saúde
SUS	Sistema Único de Saúde
PPP	Projeto Político Pedagógico
TEA	Transtorno do Espectro Autista

SUMÁRIO

1. MARCO INTRODUTÓRIO	10
2. MARCO TEÓRICO	14
2.1 Educação Inclusiva: Um novo olhar às diferenças.....	14
2.2 Políticas Públicas para a Educação Inclusiva	22
2.3 TEA: conceito, causas, diagnóstico e tratamento	27
2.4 Autismo e interação social mediante as práticas pedagógicas	32
2.5 Contribuições da Educação Física para o aluno com TEA	41
3 MARCO METODOLÓGICO	44
3.1 Tipo de Pesquisa	44
3.2 Instrumento para Coleta de Informações	44
3.3 Universo e Amostra da Pesquisa	45
3.4 Análise das informações	45
4. MARCO ANALÍTICO	47
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS.....	56
ANEXOS	64
ANEXO 01	65
ANEXO 02	67
ANEXO 03	69

1. MARCO INTRODUTÓRIO

Os debates sobre inclusão são de grande relevância na nossa sociedade, pois vivemos numa época em que o respeito à diversidade e a garantia ao direito à participação social de cada pessoa nas características de gênero, étnicas, socioeconômicas, religiosas, físicas e psicológicas, têm despontado como uma questão ética, alimentando reivindicação por uma sociedade igualitária e justa. Ultimamente tem-se realizado discussões no meio educacional quanto à inclusão de alunos com necessidades especiais na sociedade e na vida escolar. Antigamente, essas pessoas, por não se enquadrarem em padrões comuns, viviam segregadas socialmente e eram tidas como anormais, sem capacidade intelectual e incapazes de conviver socialmente.

De acordo com a Cartilha de Autismo e Educação, o Espectro Autista ou TEA engloba alguns diagnósticos que variam de acordo com a área de menor ou maior prejuízo para a pessoa: interação social, comunicação e comportamental. Essas características podem comprometer o envolvimento da criança em diferentes atividades, inclusive, naquelas ligadas à educação formal. Nesse contexto, as aulas de Educação Física também são espaços para a discussão da inclusão desses(as) alunos(as). Referentes aos aspectos Clínicos, muitos dos estudiosos procuram explicações para as causas e consequências do Autismo. Quanto aos aspectos psicossociais, verificam-se que os autistas têm tendência a isolarem-se como consequência da pouca percepção e identificação em relação às pessoas do meio em que vivem e se relacionam, ocasionado as deficiências de relacionamento interpessoais e de interação com o meio.

Pode-se dizer ser um transtorno que pode apresentar diferentes graus para cada pessoa, que limita a capacidade de aprendizagem, mas os autistas têm capacidades de aprendizagem que podem e devem ser exploradas no contexto escolar. Por isso, a escola deve ser um espaço não homogêneo. A diversidade é o grande desafio que precisamos enfrentar na atualidade, pois “a educação inclusiva não se fará se não forem introduzidos na sala de aula instrumentos diferentes dos que têm vindo a ser utilizados” (SANCHES, 2005, p. 131).

Inicialmente, é de suma importância trazer a definição da palavra inclusão, mas principalmente o seu significado na prática, como também, as leis que fomentam a respeito da inclusão das pessoas com necessidades especiais no ambiente escolar e na sociedade e, principalmente, o direito dessas pessoas ao acesso à educação, à participação e exercício da cidadania em toda e qualquer parte da sociedade.

É muito importante trabalhar a educação inclusiva, pois há um grande número de pessoas deficientes na sociedade e não se pode excluí-los de forma alguma, seja no ambiente educacional, no mercado de trabalho, no lazer, pois se esses direitos forem negados, o direito à vida também é. As diferentes necessidades dos alunos matriculados na rede pública de ensino de forma responsável é, certamente, um dos maiores desafios que a escola tem de enfrentar atualmente, uma vez que o paradigma de uma educação inclusiva vem alcançando um espaço significativo no cenário da educação mundial.

A Declaração Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien em 1990, afirma que a educação básica “é a base para a aprendizagem e o desenvolvimento humano permanentes” (Capítulo 1). Quanto ao teor dessa afirmativa, é a relevância da aprendizagem logo após o nascimento, implicando “cuidados básicos e educação inicial na infância, proporcionados seja através de estratégias que envolvam as famílias e comunidades ou programas institucionais, como for mais apropriado” (Artigo 5). Nesse sentido, a Declaração de Jomtien é indicativo da inclusão da educação infantil na educação básica, pois permeia a crença na importância da aprendizagem nos primeiros anos de vida.

Com a inclusão da Educação Infantil à Educação Básica, a partir de 2007 passou a contar com o financiamento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Essa medida de política pública através da aprovação da Emenda Constitucional nº 59/2009, ainda nesse contexto, a “Educação Infantil passou a ser obrigatória juntamente com o ensino fundamental e o ensino médio, estendendo a obrigatória para a faixa etária de 4 a 17 anos” (BRASIL, 2014, p. 16).

A Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, ratificada pelo decreto nº 6.949/2009 no Art. 1 diz que “pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”. Além disso,

a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394/96 reafirmou o compromisso de garantir o acesso e a permanência de todos os alunos no ensino regular, citando pela primeira vez os alunos com autismo, quando descreveu no Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 1996).

Dentro desta perspectiva, no processo de ensino é de extrema importância o profissional de educação física ter planejamento de ações que possam ser eficazes na solução de problemas, que, por sua vez, também é responsável pela sociedade. Desta forma, tem a seguinte problemática: Quais estratégias utilizadas com uso da educação física e suas possíveis contribuições para o aprimoramento motor de crianças e jovens com Transtorno do Espectro Autista (TEA)?

Assim, para este trabalho traçou-se como objetivo principal: identificar os desafios do professor de Educação Física para incluir socialmente o autista no contexto escolar. Para que esse objetivo fosse alcançado, foram realizadas etapas com objetivos específicos: Identificar na literatura a importância normativa da inclusão no processo educacional; analisar as contribuições da Educação Física para o aluno com TEA; expor alternativas pedagógicas para inclusão dos alunos com TEA nas aulas de Educação Física.

Justifica-se a relevância do presente estudo por propor através da Educação Física conhecimentos e experimentação das unidades temáticas essenciais à aprendizagem significativa, socialização e desenvolvimento dos alunos para a visão social da realidade. Desse modo, cabe salientar que, ao potencializar as unidades temáticas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), amplia-se o leque de conhecimento da Educação Física na perspectiva da aprendizagem, propiciando aulas teóricas e práticas focadas no ensino/aprendizagem, assim como, a reflexão acerca dos valores para o desenvolvimento do exercício pleno dos seus direitos a educação. O profissional da Educação Física escolar tem as habilidades necessárias para romper a visão tradicional da disciplina que sempre foi a de ensinar o esporte e monitorar a prática do lazer, assim, é de suma importância o professor ter o conhecimento necessário para lidar com as dúvidas, inseguranças e o comportamento dos seus alunos.

Esta pesquisa procura contribuir no campo técnico com novas formas de se aplicar a inclusão nas aulas de Educação Física, o que pode colaborar, para “sanar” a falta de interação nas aulas de educação física.

No campo científico, coopera para a ampliação de novos discursos sobre a inclusão do aluno autista, além de colaborar para futuras pesquisas e publicações sobre a atuação do profissional de educação física na escola, utilizando-se de referenciais teóricos e das leituras bibliográficas.

No campo social, propicia a reflexão sobre o currículo escolar, fazendo com que os discentes percebam a conexão entre os fatos e tenham uma visão integral do mundo em que vivem, com consciência e responsabilidade, buscando a autonomia e emancipação. Pois, segundo Brotto (2001, p. 26), “viver em sociedade é um exercício de solidariedade e cooperação, destinado a gerar estados de bem-estar para todos, em níveis cada vez mais ampliados e complexos”.

Evidencia-se a relevância da inclusão do aluno com TEA e o esporte aplicado na escola que deve ser exercitado de forma lúdica cooperativa e inclusiva para desenvolver não apenas habilidades, mas também, agregar valores que venham dar subsídios para sua construção como cidadão, sendo oferecido a todos os alunos independentemente de sexo ou idade, trazendo a relevância da participação para todos os indivíduos como forma de lazer criando assim laços afetivos e a socialização entre eles.

Este trabalho está estruturado em cinco partes. A primeira parte compõe-se da introdução contendo a apresentação do tema, a problemática, a justificativa e os objetivos concernentes ao estudo. Na segunda parte, tem-se o marco teórico em que são abordados os aspectos concernentes à educação inclusiva e políticas públicas para a educação inclusiva, além disso abordam-se os aspectos referentes ao Transtorno Espectro Autista (TEA) e suas conceituações, causas, diagnóstico e possíveis tratamentos, além de expor a interação social mediante as práticas pedagógicas do autista e as contribuições da Educação Física.

Em seguida, temos o marco metodológico que explica o tipo de pesquisa assim como os métodos utilizados nela e, posteriormente, temos o marco analítico com as discussões e resultados encontrados no projeto seguido pelas considerações finais da pesquisa.

2. MARCO TEÓRICO

2.1 Educação Inclusiva: Um novo olhar às diferenças

Fala-se muito da inclusão de pessoas com necessidades especiais na sociedade, nas famílias, nas comunidades e no ambiente escolar, mas de fato, o que é essa inclusão? A inclusão, ao que tudo indica, é algo que remete ao pertencimento, colocar algo ou alguma coisa em algum lugar. Neste caso, a inclusão escolar de pessoas com necessidades especiais refere-se à ideia de igualdade e acesso à educação.

De acordo com o dicionário Aurélio, a inclusão indica uma relação de pertencimento. Segundo Lima (2016), os seres humanos estão incluídos na sociedade por uma relação de pertencimento baseada no princípio da igualdade: há algo que os aproxima, que nos identifica como pessoas. Deve-se pensar a inclusão de modo que todas as pessoas tenham direitos iguais nessa sociedade incluindo participação e todas as demais formas de socialização, mas também, que todas tenham deveres a cumprir. Assim, para Góes (2007):

Uma das ideias que contribuem para delimitar o conceito de inclusão é a de que todas as pessoas têm direito à plena participação social. O direito à participação se contrapõe à noção de exclusão e se desdobra em diferentes tipos de inclusão: social, digital e escolar, entre outras (GÓES, 2007, p. 1).

Nesse sentido, pensa-se como as pessoas com deficiência estão inseridas na sociedade. Elas de fato estão inseridas ou incluídas? Qual a diferença entre essas? Nesse sentido Lima (2016) deixa claro que:

Tanto a integração quanto a inclusão são formas de inserção social, mas enquanto a primeira trata as deficiências como problema pessoal dos sujeitos e visa à manutenção das estruturas institucionais, a segunda considera as necessidades dos sujeitos como problema social e institucional, procurando transformar as instituições. A partir da integração, podem ser buscadas as bases para uma maior interação entre alunos com deficiências, alunos sem deficiências e professores de escolas comuns. Contudo, o processo tende a ser mais lento e mais sujeito a retrocessos. A inclusão exige medidas mais afirmativas para adequar a escola a todos os alunos, inclusive os que apresentam necessidades especiais (LIMA, 2006, p. 24).

Sabe-se que é um direito de todos ao acesso à educação. Mas, como garantir que pessoas deficientes tenham direito às mesmas coisas que as demais pessoas?

É a lei que vai garantir que as pessoas deficientes tenham acesso à educação e para se chegar nela, ter ainda, um atendimento especializado. De acordo com Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96 no seu capítulo V, da educação especial no artigo 58, inciso 1º, 2º e 3º,

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

§2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviço especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.

§3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Atualmente, a legislação brasileira determina que as crianças que tenham alguma deficiência ou alguma necessidade especial devem ser educadas na escola comum com todas as demais crianças, levando em consideração que todos tenham acesso à educação independente da classe econômica. Partindo desse pressuposto, todas as escolas têm que fazer as matrículas das pessoas com necessidade especiais. Mas não pode apenas fazer a matrícula e deixar a criança na sala de aula sem qualquer apoio ou instrução por que, desse modo, a criança não está sendo incluída. É preciso que as escolas matriculem essas crianças e deem todo suporte. No caso das escolas particulares, as crianças têm que ser matriculadas e não podem cobrar nenhuma taxa extra pelo fato da criança ser especial.

As crianças com necessidades especiais têm que ser aceitas pela família, escola e sociedade. As escolas não podem fazer uma inclusão de faz de conta. É preciso uma pessoa especializada nas escolas para cuidar dessas crianças. De acordo com Souza (2014, p. 166), “a simples matrícula do aluno na escola não é garantia de atendimento às suas necessidades especiais”. E de fato não é, pois é preciso todo um aparato para essas crianças na escola, desde a estrutura física até contratação de professores qualificados para atender as necessidades dessas crianças. É também mais do que obrigação das escolas a efetivação da matrícula da criança que possui necessidades educacionais e deficiências no ensino regular, como também é seu papel garantir a todos os alunos um ensino de qualidade. Lima (2006, p.37) adverte que:

A legislação é explícita quanto à obrigação das escolas de acolher a todas as crianças que se apresentam para a matrícula. Por outro lado, é importante que esse acolhimento não seja meramente formal e que o aluno com deficiência tenha condições efetivas de realizar integralmente suas potencialidades. Essa realização exige envolvimento e participação de toda a comunidade escolar; para isso, é necessário prover as escolas de estrutura física (rampas, banheiros, mobiliário); de pessoal de apoio especializado — como fisioterapeutas, fonoaudiólogos, professores de Libras (Língua Brasileira de Sinais) e de Braille (sistema de leitura e escrita elaborado para pessoas cegas), entre outros—e, ainda, de equipamentos demandados pelos alunos com necessidades educativas especiais.

Essa tarefa cabe às administrações dos sistemas escolares em todos os níveis, do federal aos municipais. Isso significa uma ação na qual todos devem se engajar e cujas conquistas dependerão desse engajamento. Com a proposta tão explícita de inclusão, os sistemas de educação no Brasil tiveram a função de organizar a sociedade e as instituições de ensino para poder atender toda e qualquer pessoa na sua diversidade, na sua deficiência, nas suas culturas, nas suas crenças e toda forma de manifestação diferenciada, o que traz várias implicações e perspectivas para escolas, professores, alunos e pais (LIMA, 2006).

A constituição de uma escola inclusiva preocupa alguns pais que acreditam que a convivência com alunos com deficiência pode trazer dificuldades para as crianças consideradas “sem deficiência”. Desse modo, os pais das crianças ditas “normais” não estão ensinando que a diversidade é natural, que somos diferentes um dos outros e as crianças independentes de deficiência ou não, têm o direito e a capacidade de aprender. Para Vygotsky (2003), os princípios do desenvolvimento humano são os mesmos para todos os sujeitos. Todo ser humano é educável. Todas as crianças devem ser educadas. E é assim que esses pais, que tanto preservam seus filhos ao contato com as crianças deficientes, deveriam ensiná-los.

Outro fato de bastante importância é que “no Brasil, foram coletados dados alarmantes que se constituem em elementos de fundamental importância para a compreensão do surgimento da proposta de inclusão”, conforme aponta Lima (2006, p. 29). Nos dias de hoje, é mais do que uma necessidade pessoas especializadas na escola para ajudar essas pessoas, estrutura de qualidade para que se desenvolvam e a proposta de inclusão seja executada de maneira eficiente.

Dentre os alunos que a escola deve atender e aqueles que já estão nas escolas são os de deficiência auditiva e visual, com deficiências físicas, alunos com deficiências mentais, alunos com Autismo e síndrome de Down. Esses alunos

precisam entrar na lógica de educação inclusiva senão, caso contrário a esta proposta, ainda permaneceriam excluídos. Para Mendes (2006, p. 387):

A educação inclusiva é uma proposta de aplicação prática ao campo da educação de um movimento mundial, denominado de inclusão social, o qual é proposto como um novo paradigma e implica a construção de um processo bilateral no qual as pessoas excluídas e a sociedade buscam, em parceria, efetivar a equiparação de oportunidade para todos.

Na lógica inclusiva, o aluno tem que ser valorizado em suas diferenças e nas formas com que estabelece as relações no contexto em que está inserido, não podendo ser discriminado ou excluído. O aluno deficiente, assim como qualquer outro aluno, tem o direito de mostrar o conhecimento que possui e utilizar de qualquer recurso para a construção desse saber. Aquele aluno que não sabe falar e não sabe escrever ainda assim precisa comunicar-se através de expressões, movimentos ou qualquer outra forma que esteja disposto a utilizar.

Esses alunos devem ser compreendidos em toda a sua totalidade, respeitados e tratados iguais aos outros, porém, a avaliação deles deve ser diferenciada, visto que estamos tratando de crianças com outras necessidades. A avaliação pode-se dar através do desenvolvimento e da aprendizagem naquilo que conseguiu desenvolver dentro dos seus limites, valorizando sempre as suas peculiaridades. Deve-se levar em consideração que o aprendizado dessa criança pode ser mais lento e por isso pode não acompanhar aquilo que é esperado pelas outras crianças no mesmo tempo. De acordo com Amaro (2006, p. 42), o que acontece nas escolas é o inverso do que foi posto acima.

Quando observarmos o cotidiano de uma escola que tem o desafio de incluir alunos, percebemos com frequência esta situação. Por exemplo, o que o professor “supõe” que o aluno deva aprender é um determinado conceito X. Se este aluno, por algum motivo, não o aprende, ou o problema é do aluno, e por isso ele não pode acompanhar aquele grupo, ou é preciso outra pessoa para dizer ao professor o que e como este aluno pode aprender. Em uma situação como esta, na perspectiva da construção de autonomia, o que o aluno pode e deve aprender deveria ser uma decisão compartilhada por todos os envolvidos no processo, do ponto de vista da interdependência.

Pensar e praticar uma educação inclusiva impõe que devemos nos empenhar muito mais com relação as crianças deficientes principalmente no que diz respeito a relação, não podendo nunca dizer que aquele determinado aluno não está

aprendendo porque não é capaz ou porque não tem condições de desenvolver tais atividades, que o aluno é desinteressado, não tem interesse em aprender ou se esforçar, sem levar em consideração as estratégias utilizadas para aprender, devemos levar em conta se os recursos que viabilizamos atende às necessidades dos alunos e, principalmente, o que estamos conceituando como aprendizado e quais são nossas expectativas em relação a este aluno. Assim para Souza (2014, p.37):

Podemos, entretanto, buscar não criarmos uma inversão no processo transformando a perspectiva inclusiva em uma exclusão velada. As especificidades dos alunos com dotação e talento nos remetem ao fato de que é preciso que o aluno esteja inserido em um ambiente de valorização e encorajamento das potencialidades. O atendimento às necessidades intelectuais é evidenciado em programas e serviços para essa clientela. A pessoa talentosa deve ser percebida como um ser completo que precisa de apoio na família, na comunidade e na escola, favorecendo seu desenvolvimento e aprendizagem.

As legislações focam na forma no atendimento dessas crianças, mas esquecem que o professor precisa de uma orientação específica, precisa-se de profissionais especializados para trabalhar e esquecem de darem maior subsídio para que as ações propostas nas leis possam ser executadas com maior vigor. A educação inclusiva está baseada nos pressupostos de respeito a diversidade e pluralidade, levando em conta que as desigualdades precisam ser combatidas e todos os alunos precisam ser valorizados. Desse modo, a educação inclusiva auxilia as pessoas na aceitação das pessoas deficientes, conforme preconiza Góes (2007, p.44).

A construção de uma escola de qualidade para todos, uma escola que na nossa utopia já chamamos de escola democrática e que hoje, talvez mais reduzidamente, chamamos de escola inclusiva, precisa ser equacionada em outras bases. Em tempos de flexibilização e desregulamentação do sistema educacional de ensino, e em tempos da busca do Estado Mínimo e consequente redução nos recursos investidos nas políticas sociais, devemos, após a devida reflexão no âmbito de cada sistema, congregar esforços na mobilização de uma vontade política de mudança em todos os níveis, independente da pressão da lei. Para os sistemas educacionais esta nova realidade está trazendo inúmeros desafios, uma vez que a respeito dos alunos com necessidades educacionais especiais estes sistemas pouco ou nada se faziam.

De acordo com a visão de Amaro (2006), ainda não podemos afirmar que estamos vivendo uma prática educacional inclusiva se considerarmos todos os seus princípios e fundamentos. Entretanto, acredita que à medida que formos criando possibilidades dentro do sistema atual, poderemos transformar e construir um novo sistema. O autor acredita, também, que, apesar dos inúmeros desafios, a educação

inclusiva não é uma utopia, mas um sonho que, se sonharmos juntos, poderá se tornar realidade. Ainda estamos caminhando para uma prática educacional inclusiva, mas com presteza e confiança nós chegaremos lá. Ainda sobre a temática, Góes (2007, p.45) afirma que:

Ainda que a inclusão escolar não assegure ou signifique inclusão social; ainda que os processos de exclusão social não sejam exclusivos das pessoas deficientes; ainda que a compreensão das possibilidades e desafios da educação dos alunos com deficiência não se esgote no âmbito da escola; ainda assim a educação é uma mediação fundamental para a constituição da vida dessas pessoas, um espaço do exercício de direitos e interações significativas.

A inclusão é uma inovação cujo sentido tem passado por distorções e polêmicas pelos mais diferentes segmentos educacionais. É um movimento mundial de luta das pessoas com deficiências e seus familiares na busca dos seus direitos e lugar na sociedade. Ela está ligada a todas as pessoas que não têm as mesmas oportunidades dentro da sociedade. No entanto, inserir alunos com déficits de toda ordem, permanentes ou temporários, mais graves ou menos severos no ensino regular nada mais é do que garantir o direito de todos à educação – e assim diz a constituição.

De acordo com Sassaki (2010, p.40) “é um processo que contribui para um novo tipo de sociedade através de transformações, nos ambientes físicos (...) e na mentalidade de todas as pessoas”. A inclusão perpassa por saber quais as necessidades especiais que os alunos possuem, déficits de aprendizagem antes de incluí-los na rede regular de ensino. Acreditamos que:

[...] todos os defensores da inclusão devem unir-se no reconhecimento de que as escolas que implementam práticas educacionais sólidas são boas para todos os alunos. [...]. O fator mais importante é ter coragem para fazer o que é certo, apesar dos desafios e das barreiras que surgem. O resultado é um sistema educacional mais forte e mais eficiente para todos os alunos (STAINBACK; STAINBACK, 1999, p. 85).

Esse tema tem como foco levantar questionamentos e inquietar professores e educadores, assim como, outros profissionais que se interessam pela temática. É nesse espaço que serão construídos os cidadãos de amanhã, que precisam ser orientados a conviver com as diferenças, respeitando os outros ao seu lado, para construir uma sociedade digna e democrática. Inclusão engloba uma educação para todos, centrada no respeito e valorização das diferenças. Uma posição que reforça a

necessidade do respeito à diferença, o conhecimento e o preparo para lidar com as potencialidades e limitações das pessoas.

A inclusão escolar no Brasil vem sendo discutida há muito tempo. Teve início com o isolamento das pessoas com necessidades especiais em asilos e manicômios. As pessoas com deficiência eram rejeitadas e, conseqüentemente sacrificadas, depois se transformou em piedade e proteção. O começo das classes especiais nas escolas regulares ocorre paralelamente ao sistema de educação. Essas classes surgem separando os alunos “normais” e “anormais” com a finalidade de organizar salas de aula homogêneas. Com a homogeneização, pretendia-se padronizar os indivíduos, porém cria-se assim o processo de “exclusão” (NOGUEIRA, 2016).

A constituição de 1934 apresentava a responsabilidade sobre educação afirmando que a educação é direito de todos e deve ser ministrada pela família e pelos poderes públicos. A educação inclusiva prevê a participação de todos os estudantes no ensino regular, sejam índios, brancos, negros, pobres, ricos, deficientes etc. As misturas culturais no período da colonização não respeitavam a riqueza cultural e étnica que já existia no país, espalhando preconceito que se alastrou de várias maneiras de discriminação: racial, social, religiosa, sexual, regional, por idade, nacionalidade etc. (SOUZA, 2014).

A exclusão se dá, muitas vezes, dentro da própria família, por problemas de comportamento, de deficiência ou até mesmo por opção religiosa ou sexual. A inclusão escolar de pessoas com necessidades especiais no ensino regular vem sendo fonte de pesquisa desde a Declaração de Salamanca que ocorreu em 1994 em Salamanca na Espanha, com representações dos governos e de várias organizações internacionais. Essa declaração tinha como objetivo assegurar que a educação de pessoas com necessidades educacionais especiais fizesse parte efetivamente do sistema educacional (LIMA, 2016).

Foi enfatizado, então, nessa declaração, o direito da criança à educação, ressaltando que cada indivíduo é único com interesses e habilidades distintas. Foi debatido também a implementação de programas educacionais observando a diversidade, combatendo a discriminação e formando uma sociedade inclusiva onde todos tenham direito à educação. Pode-se afirmar que esta declaração foi um marco contra o preconceito. A declaração não é exclusivamente relacionada à inclusão de crianças com necessidade educacionais especiais, mas a garantia de uma educação de qualidade para todos (SOUZA, 2014).

Por muito tempo, crianças com algum tipo de deficiência foram segregadas. No início, eram limitadas ao ambiente familiar devido ao preconceito. As famílias as mantinham escondidas da sociedade. Antigamente, os pais não colocavam seus filhos “especiais”, na escola, pois acreditavam que não teriam capacidade de aprender, de se desenvolver e de se relacionar com as demais crianças (FIGUEIREDO, 2016).

Na medida em que a orientação inclusiva implica um ensino adaptado às diferenças e às necessidades individuais, os educadores precisam estar habilitados para atuar de forma competente junto aos alunos inseridos nos vários níveis de ensino. É de extrema necessidade trabalhar a educação inclusiva, pois há um grande número de pessoas deficientes na sociedade e não podemos excluí-los de forma alguma, seja no ambiente educacional, no mercado de trabalho, no lazer, pois se esses direitos forem negados, o direito à vida também é (LIMA, 2016).

É a lei que vai garantir que as pessoas deficientes tenham acesso à educação e para se chegar nela, ter ainda, um atendimento especializado. De acordo com Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96 no seu capítulo V, da educação especial no artigo 58, inciso 1º, 2º e 3º,

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.
§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.
§2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviço especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do Ensino Regular.
§3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a Educação Infantil (BRASIL, 1996).

As crianças que possui necessidades especiais têm que ser aceitas pela família, escola e sociedade. As escolas não podem fazer uma inclusão de faz de conta. É preciso uma pessoa especializada nas escolas para cuidar dessas crianças. De acordo com Souza (2014, p. 166) “a simples matrícula do aluno na escola não é garantia de atendimento às suas necessidades especiais”. E de fato não é, pois é preciso todo um aparato para essas crianças na escola, desde a estrutura física até contratação de professores qualificados para atender as necessidades dessas crianças.

2.2 Políticas Públicas para a Educação Inclusiva

O debate sobre a educação inclusiva iniciou no século XVI, a princípio, a educação de portadores de necessidades especiais baseava-se na discriminação e, com o decorrer do tempo, houve uma evolução direcionada para a inclusão desses alunos nas escolas regulares.

Os direitos básicos do cidadão estão garantidos em vários documentos. Destacando-se em âmbito internacional e nacional, respectivamente, a Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948) e a Constituição Brasileira (1988). Ambas enfatizam que todos somos iguais perante a lei. A ênfase se justifica porque muitas pessoas são vítimas de violação de direitos com destaque os portadores de necessidades especiais que costumam ser discriminados pelas suas diferenças, ficam excluídos do acesso e usufruto dos bens e serviços socialmente disponíveis, ou seja, do princípio de igualdade entre todos.

Ainda pertinente às políticas públicas relacionadas a pessoas portadoras de necessidades especiais, temos a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96. Estabelecem que os portadores de necessidades especiais deveriam estudar de preferência nas escolas regulares e que todos têm direito à educação. A Conferência Mundial sobre Educação para Todos (UNESCO, 1994), realizada em Jomtien na Tailândia, fixou metas para melhorar a educação de crianças e jovens com necessidades especiais.

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma política, cultura, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação (MAZZOTA, 2005, p. 9).

Outro importante documento foi a Declaração de Salamanca, aprovada em 1994, na Conferência Mundial de Educação Especial, que passou a considerar a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em turmas de classes regulares com a democratização das oportunidades educacionais. Por meio dessa Conferência, elaborou-se a Declaração de Salamanca com os princípios: políticos e práticas na área de portadores de necessidades educativas especiais.

A inclusão de crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino é a questão central nessa Declaração. Assim [...] os jovens com necessidades educacionais Especiais devem receber ajuda para fazer uma eficaz transição de escola para a vida adulta produtiva (SASSAKI, 2010, p. 115).

Visando a Inclusão Social, a Declaração de Salamanca é considerada um dos principais documentos mundiais. Defende que:

[...] inclusão e participação são essenciais à dignidade humana e ao desfrute e exercício dos direitos humanos. Dentro do campo da educação, isto se reflete no desenvolvimento de estratégias que procuram promover a genuína equalização de oportunidades (...). Ao mesmo tempo em que as escolas inclusivas preveem um ambiente favorável à aquisição da igualdade de oportunidades e participação total, o sucesso delas requer um esforço claro, não somente por parte dos professores e dos profissionais na escola, mas também por parte dos colegas, pais, família, voluntários. A reforma das instituições sociais não constitui somente uma tarefa técnica, ela depende, acima de tudo, de convicções, compromisso e disposição dos indivíduos que compõem a sociedade (UNESCO, 1994, p. 5).

A “educação de qualidade para Todos” tem a ver com a inclusão total, incondicional, de todos os alunos às escolas de seu bairro, como cita a Declaração de Salamanca (1994) e ultrapassa o âmbito dos alunos com deficiência, englobando-os sem dúvida.

Se realmente desejamos uma sociedade justa e igualitária, em que todas as pessoas tenham valor igual e direitos iguais, precisamos reavaliar a maneira como operamos em nossas escolas, para proporcionar aos alunos com deficiência as oportunidades e habilidades para participar da nova sociedade que está surgindo (STAINBACK; STAINBACK, 1999, p. 29).

Em outras palavras, qualifica as escolas como capazes de incluir os alunos excluídos, indistintamente, descentralizando os problemas relativos à inserção total dos alunos com necessidades educacionais especiais e focando no que realmente produz, situação lamentável de nossas escolas.

No Brasil, em termos legislativos, o documento fundamental que passa a exigir o respeito ao diferente, isto é, o respeito à diversidade é a Constituição Federal de 1988. De acordo com a Carta Magna brasileira, promulgada em 05 de outubro de 1988, com intuito de garantir o direito à cultura e a inclusão, a Constituição diz no art. 215 o seguinte:

O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização. &1º: O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e dos outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. &2º: A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

Além disso, um outro objetivo dessa lei geral é “a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de necessidades especiais e a promoção de sua integração à vida comunitária”. A esse respeito Sassaki (2010, p.42) afirma que:

O processo de inclusão na educação, no lazer, no transporte, quando isso acontece, pode falar em educação inclusiva, no lazer inclusivo, no transporte inclusivo e assim por diante. Uma outra forma de referência consiste em dizermos, por exemplo, educação para todos, lazer para todos, transporte para todos.

Em observância à temática em tela, ainda a Constituição Federal (1988) estabelece que é necessário que promova “[...] o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade, e quaisquer outras formas de discriminação”. Outro ponto fundamental apontado é que a educação deve ser igual para todos. Assim diz Mazzota (2005, p.77) a seguir:

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I- ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a estes não tiveram acesso na idade própria; II- progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio; III- atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; VII- atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático - escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

De acordo com Mazzota (2005), a legislação é explícita quanto à obrigatoriedade das escolas de acolherem a todas as crianças que se apresentam para a matrícula. A prática da inclusão escolar, segundo Mantoan (2006), pauta-se na capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes. É acolher todas as pessoas, sem exceção. É a construção de formas de interagir com o outro que, uma vez incluídas, poderão ser atendidas nas suas necessidades.

Como afirma Cury, “o contorno legal indica possibilidade e limites de atuação, os direitos, os deveres, proibições, enfim, regras” (2002, p. 08), porém, a conversão para as realizações no cotidiano entra em choque com as condições sociais.

Inegavelmente, tudo isso tem impacto nas vidas das pessoas, pois se sabe que a educação tem um papel de destaque na formação do cidadão.

É importante destacar o papel do professor por que tem como papel fundamental colaborar com o desenvolvimento integral deste aluno, respeitando, assim, as diferenças e sempre valorizando as potencialidades individuais. Nesse sentido, deve-se oferecer um espaço em que os discentes possam aprender e se perceber enquanto sujeito ativo na construção do conhecimento. Esse, porém, deve se dá por meio de atividades individualizadas ou coletivas.

Para tanto, faz-se necessário a cooperação entre os alunos e, nesse sentido, o processo deve se desenvolver de forma conjunta, pois é na relação com o outro que o sujeito se constitui e se transforma. No entanto, deve-se trabalhar em uma equipe especializada que acompanhe o aluno, dentro ou fora da escola, bem como as respectivas famílias com o intuito de ampliar as possibilidades de inclusão.

A educação é um direito de todos independente do quadro clínico, físico ou psicológico. Deve-se ter uma visão humanística de atenção visando às necessidades integrais do educando, aqui retratadas como crianças, adolescentes e jovens, sejam físicas, psíquicas ou sociais.

A escola da rede pública de ensino tem enfrentado desafios com relação a formação de professores para o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais. No entanto, para Prieto (2006), a expansão do acesso de alunos com necessidades educacionais especiais às classes comuns, constatável, principalmente desde a última década do século XX, demanda de investimentos de diversas naturezas para também assegurar a permanência desses educandos. O professor Xavier (2002, p.19) considera o seguinte:

A construção da competência do professor para responder com qualidade às necessidades educacionais especiais de seus alunos em uma escola inclusiva, pela mediação da ética, responde a necessidade social e histórica de superação das práticas pedagógicas que discriminam, segregam e excluem, e ao mesmo tempo, configura, na ação educativa, o vetor de transformação social para a equidade, a solidariedade, a cidadania.

Nesse sentido, a formação continuada do professor deve ser um compromisso dos sistemas de ensino comprometidos com a inclusão. Nessa perspectiva, devem-se assegurar que sejam aptos a elaborar e a implantar novas propostas e práticas de ensino para responderem às características de seus alunos, incluindo aquelas

evidenciadas pelos alunos com necessidades educacionais especiais, conforme Lima (2006, p.123):

É essencial que os professores reconheçam sua própria importância no processo de inclusão, pois a eles cabe planejar e implementar intervenções pedagógicas que deem sustentação para o desenvolvimento das crianças.

As escolas precisam estar capacitadas para receberem seus alunos com um ambiente organizado, programações diferenciadas, material pedagógico diversificado e, principalmente, um clima de aceitação de diferenças interpessoais. A formação continuada dos professores deve capacitá-los para conhecer melhor o que hoje se sabe a respeito das possibilidades de trabalho pedagógico das crianças com necessidades educacionais especiais, bem como auxiliá-las na construção de conhecimento cada vez mais ampliado e significativo acerca do mundo e de si mesmo (OLIVEIRA, 2000).

O sucesso da inclusão na escola regular decorre, portanto, das possibilidades de se conseguir progressos significativos desses alunos na escolaridade, por meio da adequação das práticas pedagógicas à diversidade dos aprendizes. As dificuldades dessas crianças, desses adolescentes e jovens devem ser superadas, evitando-se discriminação, descomprometimento e irresponsabilidades por parte daqueles que compõem o quadro integrativo tanto da escola quanto da família. Nesse contexto, reforça Belisário (2005, p.130), que para

[...] as escolas sejam verdadeiramente inclusivas, ou seja, abertas à diversidade, há que se reverter o modo de pensar, e de fazer educação nas salas de aula, de planejar e de avaliar o ensino e de formar e aperfeiçoar o professor, especialmente os que atuam no ensino fundamental. Entre outras inovações, a inclusão implica também em uma outra fusão, a do ensino regular com o especial e em opções alternativas/aumentativas da qualidade de ensino para os aprendizes em geral.

A educação inclusiva amplia a participação de todos os estudantes no ensino regular. Ela está atenta para a diversidade inerente à espécie humana, busca perceber e atender às necessidades educativas especiais de todos de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal. É preciso levar em conta que se os alunos com necessidades especiais participarem da aprendizagem com outros demais alunos da escola de forma inclusiva, terão melhores oportunidades.

[...] de prepararem-se para a vida em comunidade, os professores melhoram suas habilidades e a sociedade toma a decisão consciente de agir de acordo com o valor social da igualdade para todos os seres humanos. No que se refere à escola inclusiva, é no constante desequilíbrio provocado pelas diferenças existentes entre os alunos com necessidades educacionais especiais e os sem que ocorrem as trocas entre eles e a permanente reorganização do conhecimento pelo aluno (STAINBACH; STAINBACK, 1999, p. 39).

É preciso pensar nos espaços existentes eliminando barreiras arquitetônicas, fazendo uma boa apresentação dos espaços físicos. As crianças com necessidades educacionais especiais devem ter oportunidades diversificadas para explorá-las e descobrirem formas de se apropriarem dele. Os desafios à inclusão são complexos, por isso, há necessidade de um maior comprometimento com a Educação Especial. Segundo Sassaki (2010, p.172) a respeito da sociedade inclusiva:

[...] vai bem além de garantir apenas espaços adequados para todos. Ela fortalece as atitudes de aceitação das diferenças individuais e de valorização da diversidade humana e enfatiza a importância do pertencer, da convivência, da cooperação e da contribuição que todas as pessoas podem dar para construir vidas comunitárias mais justas, mais saudáveis e mais satisfatórias.

Sendo assim, o sistema educacional deve dispor dos meios necessários para responder às necessidades específicas dos alunos com deficiência, ou com necessidades educacionais especiais. Portanto, todos os que estão envolvidos com a aprendizagem desses educandos precisam refletir sobre o seu papel e aperfeiçoar as condições oferecidas para que esses alunos tenham um bom desempenho acadêmico com aprendizagens significativas e contextualizadas com suas necessidades e interesses.

2.3 TEA: conceito, causas, diagnóstico e tratamento

O termo autismo foi inicialmente feito por Kanner em 1943 quando fez um estudo com crianças que sofreram transtornos no desenvolvimento, tais como falta de ajustamento postural, contato ocular, alteração do seu comportamento, comunicação e interação social que aparecem nos primeiros dias ou meses de vida enquanto outras somente após um ou dois anos de idade. Porém, a necessidade de uma identificação precoce ajuda a minimizar os efeitos do transtorno. Para Facion (2007, p. 27):

[...] autismo é uma síndrome, portanto um conjunto de sintomas, presente desde o nascimento e que se manifesta invariavelmente antes dos três anos de idade. Ele é caracterizado por respostas anormais a estímulos auditivos e/ou visuais e por problemas graves na compreensão da linguagem oral. A fala custa a aparecer e, quando isso acontece, podemos observar a ecolalia (repetição das palavras), o uso inadequado de pronomes, estrutura gramatical imatura e grande inabilidade para usar termos abstratos.

Referente aos aspectos clínicos, muitos dos estudiosos procuram explicações para as causas e consequências do Autismo. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS):

O autismo é definido pela Organização Mundial de Saúde como um distúrbio do desenvolvimento, sem cura e severamente incapacitante. Sua incidência é de cinco casos em cada 10.000 nascimentos caso se adote um critério de classificação rigoroso, e três vezes maior se considerarmos casos correlatados, isto é, que necessitem do mesmo tipo de atendimento (MANTOAN, 1997, p. 13).

Quanto os aspectos psicossociais, verificam-se que os autistas têm tendência a isolarem-se. Como consequência da pouca percepção e identificação em relação às pessoas do meio em que vivem e se relacionam, aparecem as deficiências de relacionamento interpessoais e de interação com o meio.

Outra consequência das deficiências da criança autista é que ela está sujeita a se assustar com coisas totalmente inofensivas, talvez devido a um pequeno incidente anterior. [...] por outro lado, sua falta de compreensão faz com que ignorem perigos reais. Elas podem atravessar a rua na frente do tráfego, ou se equilibrar perigosamente em bordas estreitas de um muro alto, sem medo algum. Às vezes riem de coisas que lhe dão prazer, como uma luz piscando ou a sensação macia de algo que estejam segurando. Outras vezes, sem razão aparente, choram lágrimas de profunda tristeza – como se o mundo fosse demais para eles – e parecem perdidos, desorientados e assustados. Podem, porém, ser confortados com o carinho e o contato físico de sua mãe ou alguém que conheçam e confiem (GAUDERER, 1985, p. 120).

Pode-se dizer ser um transtorno que pode apresentar diferentes graus para cada pessoa, que limita a capacidade de aprendizagem, mas o autista tem capacidades de aprendizagem que pode e deve ser explorada no contexto escolar.

Por isso, a escola não deve ser um espaço homogêneo. Porém a diversidade é o grande desafio que precisamos enfrentar na atualidade, pois “a educação inclusiva não se fará se não forem introduzidos na sala de aula instrumentos diferentes dos que têm vindo a ser utilizados” (SANCHES, 2005, p. 131). Ainda segundo o autor:

A diferenciação que inclui será a que parte da diversidade, programando e atuando em função de um grupo heterogêneo com ritmos e estilos de aprendizagem diferente. É aprender no grupo e com o grupo, em situações de verdadeira aprendizagem cooperativa, responsável e responsabilizante. É organizar o espaço e o tempo em função das atividades para as aprendizagens a realizar. É implicar os alunos na construção dos saberes a realizar. É abrir a escola a uma socialização do saber entre professores e alunos (SANCHES, 2005, p. 133).

Portanto, atualmente a luta da população com autismo não é mais pelo ingresso nas escolas da rede regular de ensino, pois por lei já está garantido. A luta a ser travada é quanto à garantia de uma educação de qualidade com métodos e propostas pedagógicas que favoreçam a inclusão deles. Ao incluir o aluno com deficiência:

[...] na escola, estamos exigindo da instituição novos posicionamentos diante dos processos de ensino e de aprendizagem, à luz de concepções e práticas educativas mais evoluídas e uma mudança de atitude face à avaliação dos alunos, à promoção para séries iniciais e níveis de ensino mais avançados (MANTOAN, 1997, p. 94).

A proposta de inclusão educacional de crianças e adolescentes com deficiência nas escolas regulares é um avanço no processo democrático, de justiça social e de igualdade de oportunidades para todos em nosso país. Nesse sentido, segundo Sanches (2005, p. 131), “embora os compromissos internacionais, assumidos pelos políticos, sejam muito importantes, eles não desencadeiam, por si só, práticas diferentes nas comunidades a que se dirigem (...)”. Por isso, para que uma escola possa ser considerada inclusiva, deve atender a determinados pressupostos.

Goffredo (2007) elenca alguns componentes que toda escola que se propõe trabalhar com a diversidade precisa ter.

Ser um projeto de toda a comunidade escolar (...); Viabilizar estratégias de ensino e avaliação partindo da premissa de que não é necessário que todos os alunos tenham as mesmas metas educacionais (...); Compreender o aluno com necessidades educacionais especiais e respeitá-lo não só como pessoa com limitações, mas também com seus pontos fortes; Planejar uma ação educativa cujo planejamento deve ser participativo, envolvendo os educadores da educação especial e regular e todas as pessoas envolvidas no processo (GOFFREDO, 2007, p. 91).

É preciso que se busquem maneiras de incluir autista no contexto escolar começando já na educação infantil. Assim, para esse trabalho traçou-se como objetivo principal identificar os desafios do professor de Educação Física para incluir socialmente o autista no contexto escolar.

Ao longo da história, o espectro autista passou por um constante processo de investigação em relação à sua definição, mas predominam atualmente a existência de dois grandes documentos: O DSM-IV (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais) e ICD-10 (Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde), utilizados pela maioria dos profissionais da saúde na área da saúde mental (ORRÚ, 2013).

No entanto, o diagnóstico do autismo é clínico. É realizado através de observação direta do comportamento e de uma entrevista que geralmente é feita com os pais ou responsáveis. Os sintomas costumam estar presentes antes dos 3 anos de idade, sendo possível fazer o diagnóstico por volta dos 18 meses de idade (LIMA, 2016).

Crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) já começam a demonstrar sinais nos primeiros meses de vida: não mantêm contato visual efetivo e não olham quando você chama. A partir dos 12 meses, por exemplo, também não apontam com o dedinho. No primeiro ano de vida, demonstram mais interesse nos objetos do que nas pessoas e, quando os pais fazem brincadeiras de esconder, sorrir, podem não demonstrar muita reação. Atualmente, a Associação Americana de Psiquiatria relacionado diagnóstico por meio das da díade do TEA composta por: (a) déficit na interação social e comunicação e (b) comportamentos e interesses restritos e repetitivos (TANAKA, 2017).

Os alunos com TEA apresentam várias dificuldades. Para tanto, é preciso observar, conhecer seu aluno para poder adaptar as atividades e o planejamento, descobrir as habilidades e conseqüentemente ajudar no desenvolvimento da aprendizagem da comunicação das habilidades verbais a partir de vários estímulos. Brinquedos pedagógicos ou materiais sensoriais tem papel fundamental para o processo de ensino/aprendizagem do aluno com TEA. Esses brinquedos estimulam a função cognitiva que os levam a exibir comportamentos e habilidades que vão variando com o tempo (TANAKA, 2017).

São sugeridos atualmente indicativos comprovados da presença de uma transmissão heterogênea de componentes genéticos no autismo, uma interação entre múltiplos genes lesados em certos cromossomos. Esses são interligados ao desenvolvimento do sistema nervoso central, são genes do sistema serotoninérgico e de demais sistemas de regulação das funções neurais, as quais são identificadas em pacientes autistas (ORRÚ, 2013).

Atualmente, não há teses laboratoriais ou imagens que possam comprovar o diagnóstico do autista, porém, há vários testes e exames que podem ser feitos com a finalidade de descartar outros diagnósticos a exemplo das Sorologias, ECG, Avaliação Oftalmológica, Neuropsicológico, Pesquisa do X frágil/Cariótipo, RNM, EEG, Avaliação audiológica entre outros. No entanto, todos estes exames ficariam incompletos caso não conciliasse de princípio com a investigação histórica do desenvolvimento precoce de diagnóstico do indivíduo com TEA (FERREIRA, 2018).

A investigação hoje se posiciona como parte essencial do diagnóstico por parte dos profissionais, pois seus progenitores são os primeiros a observar algo diferente entre o comportamento de seu filho. Desde muito cedo, os bebês já dão alguns sinais que os diferenciam das demais crianças, apresentando-se indiferentes a estimulação por pessoas ou brincadeiras, direcionando sua atenção prolongada a determinados objetos (TANAKA, 2017).

A identificação precoce do diagnóstico e as intervenções realizadas em crianças com TEA podem determinar o prognóstico, incluindo maior rapidez na aquisição da linguagem, facilidade nos diferentes processos adaptativos e no desenvolvimento da interação social, aumentando sua chance de inserção em diferentes âmbitos sociais (ARAÚJO; SCHWARTZAMAN, 2015).

De modo geral, indivíduos com TEA acabam influenciando na dinâmica estrutural e funcional da família, cabendo salientar a importância da orientação aos pais em relação às vantagens e desvantagens relacionados a cada tratamento, pois cada autista é único e o que pode funcionar para um, pode não ter êxito para outro, nesse sentido Batista (2016, p.3) enfatiza que “a reabilitação é um processo dinâmico e global orientado para a recuperação física e psicológica do indivíduo com deficiência, tendo como objetivo a sua reintegração social”.

Em 2013, o Ministério da Saúde do Brasil conjuntamente com o Sistema Único de Saúde (SUS) decidiram pela criação de uma cartilha que se denominou “Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo (TEA)”. Nesta cartilha, estão diretrizes objetivando orientar às equipes multiprofissionais para o cuidado à saúde do indivíduo com TEA e sua família, nos diferentes pontos de atenção da rede de cuidados à pessoa com deficiência. Para sua elaboração, foram utilizados o Código Internacional de Funcionalidade e Incapacidade (CIF) e os sistemas internacionais de Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10) (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013).

Na atualidade, não há um tratamento específico direcionado ao TEA. Mas, encontramos inúmeras intervenções e método ao processo de tratamento com autismo. Existem alguns métodos de intervenção mais conhecidos e mais utilizados para promover o desenvolvimento da pessoa com autismo e que possuem comprovação científica de eficácia que são: PECS, TEACCH e ABA (SILVA, 2018). Dentre os principais tratamentos utilizados para o trato a portadores de autismo tem-se:

A psicoterapia: auxiliar a interpretar a linguagem corporal, a comunicação não verbal, a aprendizagem e também as emoções e as interações sociais (BARROS; SENRA; ZAUZA, 2015, p. 2).

A terapia cognitiva comportamental (TCC) contribui para o ensinamento dos autistas em relação a diferentes formas de utilizar, recordar e processar as informações, como treinamento de autoinstrução (WHITMAN, 2015, p. 14).

A musicoterapia é a técnica de terapia que recorre à música com o objetivo de ressaltar as potencialidades por meio da aplicação de métodos e técnicas, juntamente com outras capacidades, incluindo a cognição (PAREDES, 2012, p. 11).

Terapias de Integração Sensorial (TIS) estabelecem a estimulação sensorial, com atividades lúdicas, jogos e brincadeiras que gradativamente se tornam mais desafiadoras e complexas (ARAÚJO; SCHWARTZAMAN, 2015, p. 7).

São diversos os métodos de reabilitação encontrados hoje na literatura que visam a favorecer a autonomia do indivíduo com TEA, frente a uma sucessão de comportamentos que são exigidos para a convivência social com o outro. Ao longo das últimas duas décadas com o aumento de bebês e crianças diagnosticada com TEA, há a necessidade de intervenções efetivas e apropriadas para as crianças e familiares, desse modo, a participação dos pais e dos familiares é um elemento essencial nos programas de intervenção para crianças com autismo (BARROS; SENRA; ZAUZA, 2015).

2.4 Autismo e interação social mediante as práticas pedagógicas

O autismo afeta a interação social e a linguagem, além de comportamentos repetitivos. A interação social para o desenvolvimento infantil traz muitas habilidades na cognição e adaptação durante a infância, por meio do convívio e compartilhamento de experiências com outras pessoas ou crianças. No autismo, a interação social traz problemas sensoriais de linguagem, comunicação, sentimentos, gestos reconhecimentos de faces humanas (CUNHA, 2012). É preciso que estimulem

precocemente ainda bebês. A criança com autismo não faz contato com os olhos, não sorri, não acompanha você com o olhar quando se afasta dele e não balbucia palavras. Para Silva (2018, p. 109):

Para crianças com autismo clássico, isto é, aquelas crianças que tem maiores dificuldades de socialização, comprometimento na linguagem e comportamentos repetitivos, fica clara a necessidade de atenção individualizada. Essas crianças já começam sua vida escolar com diagnóstico, e as estratégias individualizadas vão surgindo naturalmente. Muitas vezes, elas apresentam atraso mental e, com isso, não conseguem acompanhar a demanda pedagógica como as outras crianças. Para essas crianças serão necessários acompanhamentos educacionais especializados e individualizados.

A criança com autismo deve ser estimulada com atividades lúdicas, recreação, tarefas, com uma alimentação balanceada e direcionamento de regras e rotinas. A musicalização é muito importante para as crianças e adolescentes com TEA que precisam de atenção especial para melhorar sua interação social, comunicação e imaginação. Existe um mito acerca da falta de afetividade da criança com autismo. Grande parte dos afetos é 'primitivos'. Há uma limitação da expressão dos afetos e uma limitação na discriminação de afetos mais complexos. "O desempenho na interação social estaria prejudicado pela falta de entendimento das regras sociais, as normas implícitas que regulam um encontro social" (MERCADANTE; ROSÁRIO, 2009, p. 6).

Alguns aspectos que contribuem para uma efetiva inclusão. Por isso, para argumentar sobre essa questão pode-se remeter de acordo com, Capellini (2001 apud PRAÇA, 2011, P. 58) que expressa o seguinte:

As ações que apresentam sucessos em sistemas inclusivos mostram que é imprescindível alterações em suas práticas passando desde diminuição do número de alunos por classe, [...], plano individual de ensino, melhoria da formação profissional [...], com uma pedagogia centrada na criança baseada em suas habilidades e não em suas deficiências, e que incorpore conceitos como interdisciplinaridade, individualização, colaboração e conscientização/sensibilização.

Sendo assim, torna-se necessário a melhoria em algumas leis, pois além de fortalecer algumas já existentes, preciso de fato serem aplicadas, tanto na área de saúde quanto educacional. Dessa forma, com a ajuda governamental, essas pessoas podem ser inseridas e fazer parte de um ambiente social, sendo escolar ou não (CUNHA, 2012).

Mesmo com o apoio governamental, para a melhoria e inclusão de novas leis, ainda assim se faz essencial um professor qualificado para trabalhar criança com TEA ou qualquer outro tipo de transtorno dentro da sala de aula. Portanto, é de suma importância que esse profissional esteja atento a determinadas ferramentas que pode vir a utilizar e entender também aqueles que não são (LAZZERI, 2010). Dessa forma, será eficaz no desenvolvimento da criança, tudo dependerá de cada caso e dificuldade apresentada. Nesse sentido, Lampreia (2008, p.397) expõe que:

[...] pais devem buscar apoio médico, fonoaudiólogos, professores, psicólogos, terapeutas ocupacionais para que a criança com TEA possa ser direcionada ainda bebê para o desenvolvimento de comportamentos adequados, utilizando-se de medicações que ajudem na hiperatividade, agressividade, sono, buscando a parceria dos professores em atividades alternativas e compensatórias. Essas atitudes ajuda a criança a se desenvolver melhor na escola, com regras, apreciando o ambiente escolar.

Para tanto, o processo de inclusão, a instituição e os professores demandam tanta atenção quanto à criança (HÖHER CAMARGO; BOSA, 2012). Na inclusão é o sistema educacional e social que deve adaptar-se para receber a criança. Por fim, essas orientações permitem que as interações sociais das crianças com autismo auxiliem na construção de uma inclusão escolar voltada ao respeito e a cooperação dos autistas.

Deve-se pensar a inclusão de modo que todas as pessoas tenham direitos iguais nessa sociedade, incluindo participação e todas as demais formas de socialização, mas também, que todas tenham deveres a cumprir.

Uma das ideias que contribuem para delimitar o conceito de inclusão é a de que todas as pessoas têm direito à plena participação social. O direito à participação se contrapõe à noção de exclusão e se desdobra em diferentes tipos de inclusão: social, digital e escolar, entre outras (GÓES, 2007, p. 1).

Segundo Reis (2016), ressalta que as práticas pedagógicas devam estar em consonância com as práticas sociais, devendo ser entendida como ação complexa, porém interligadas por diversos elementos, os quais serão indispensáveis na produção dos processos educativos.

A inclusão de crianças com alguma necessidade educacional especial é um desafio que transforma a escola em vários aspectos. As práticas pedagógicas devem incluir a formação das cuidadoras dentro desta realidade. É de suma importância, pois a boa formação profissional e suas respectivas práticas em relação à inclusão de

crianças especiais nas salas de aula. Porém, para ocorrer inclusão é necessário que a escola mude em sua totalidade, respeitando as especificidades de cada um e formando profissionais capacitados para trabalhar nessa área (LAZZERI, 2010).

Pode-se considerar que o trabalho pedagógico deve ser de qualidade para atender às diferentes necessidades de cada aluno e às práticas pedagógicas com autistas precisam ser utilizadas de forma efetiva atentando para os estímulos para, dessa forma, conduzi-los ao aprendizado, pois na educação quem faz o caminho é o próprio aluno (RAMOS *et al*, 2011).

A prática não deve ser restrita, mas, no entanto, deve estar apoiada nas necessidades do aluno. De acordo com Silva *et al*. (2015, p.322) a prática pedagógica deve ser pensada na inclusão e diversidade desses alunos:

Com isso a formação dos professores para trabalhar com pessoas com TEA requer uma prática diferenciada que ainda é em muitas situações precárias, pois há dificuldades em relação à inclusão de pessoas com Transtorno de Espectro Autista (TEA) dentre eles: o desconhecimento por parte de alguns educadores acerca de alternativas didáticas nesse caso pode citar o método TEACCH, que utiliza estímulos visuais e audiovisuais para produzir comunicação.

Os alunos com TEA apresentam várias dificuldades. Para tanto é preciso observar, conhecer seu aluno para poder adaptar as atividades ao planejamento, descobrindo as habilidades e, conseqüentemente, ajudarem no desenvolvimento da aprendizagem, comunicação, habilidades verbais a partir de vários estímulos (CARVALHO, 2009).

Os brinquedos pedagógicos ou materiais sensoriais tem papel fundamental para o processo de ensino/aprendizagem do aluno com TEA. Esses brinquedos estimulam a função cognitiva, que os levam a exibir comportamentos e habilidades que vão variando com o tempo. Naturalmente, crianças com autismo necessitam de adaptações que considerem suas condições clínicas, comportamentais, de adaptação social, de linguagem, dentre outras necessidades especiais que venham a ser contempladas.

Orrú (2012) afirma que o trabalho pedagógico com crianças com autismo deve acontecer de maneira individualizada, pois o processo de ensino e aprendizagem desse aluno deve contemplar, necessariamente, uma criteriosa relação entre mediação pedagógica, cotidiano e formação de conceitos, possibilitando o

encontro/confronto das experiências cotidianas e proporcionando um ensino de qualidade. Para Belizário Filho (2010, p. 35):

[...] se permanecermos inflexíveis ante as diferenças de nossos alunos, aguardando que eles se adaptem às nossas estratégias em sala de aula, pouco faremos para que desenvolvam novas competências. Sendo assim, é necessário que percebamos quais as necessidades reais do aluno com TEA e suas potencialidades que passamos para estratégias de trabalho.

Como fica evidenciado na citação acima, na perspectiva da educação inclusiva, cabe ao professor conhecer as crianças e, desta forma, desconstruir estereótipos que dificultam e, muitas vezes, impedem um processo educacional que confia na competência e capacidade de cada criança, independentemente de suas características físicas e mentais.

É essencial que os profissionais desenvolvam os trabalhos em consonância com os pais a fim de que possam ter oportunidade de tirar suas dúvidas e resistências para que o afastamento de seus filhos traga benefícios não só a eles, mas à família também. A educação, portanto, precisa estar intimamente ligada à socialização e integração dos autistas, pois o contato com os professores e com as crianças da escola será fundamental (GAUDERER, 1985). Nesse sentido, a respeito da inclusão, Sassaki (1999) apud Fróes (2007, p.71), dizem que:

A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos.

Já Figueiredo (2007, p.18) afirma que:

Ao abrir portas para a inclusão de crianças especiais, a escola precisa capacitar todos os seus funcionários para que tal acontecimento de fato ocorra. Professores e auxiliares devem ter conhecimento das limitações e capacidades de cada criança, para poderem cuidá-las de maneira adequada, caso contrário a inclusão será somente física, ou seja, estaremos apenas matriculando mais uma criança na escola regular.

O professor deve ser visto como mediador de conhecimento no processo inclusivo promovendo o contato inicial da criança com a sala de aula, o responsável pelo seu desenvolvimento. Nos cursos de formação de professores, deve ser discutida a temática da diferenciação do ensino. Assim, entende-se que o papel do professor, nessa perspectiva, é tornar possível a socialização do autista na sala de aula,

adequando a sua metodologia para atender as necessidades destes (FIGUEIREDO, 2007).

Enfim, a preparação do professor para a inclusão escolar é necessária para que se tenha um processo que busque garantir uma educação de qualidade para todos os alunos garantindo seus direitos garantidos. O professor, na educação inclusiva, precisa ser preparado para lidar com as diferenças, com a singularidade e a diversidade de todas as crianças e não com um modelo de pensamento comum a todas (BELISÁRIO FILHO, 2010).

Para efetivação do processo de inclusão educacional, torna-se necessário o envolvimento de todos os membros da equipe escolar no planejamento de ações e programas voltados à temática. Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2007, p. 10):

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

Portanto, uma política pública é de imensa importância para a necessidade de um profissional como um cuidador e o professor somente não consegue sozinho atender as demandas junto à criança autista e o professor tem um papel fundamental em realizar diversas atividades para o desenvolvimento do aluno. Nesse sentido, Orrú (2003, p.1) diz:

[...] é imprescindível que o educador e qualquer outro profissional que trabalhe junto à pessoa com autismo seja um conhecedor da síndrome e de suas características inerentes [...] devem servir como sustento positivo para o planejamento das ações a serem praticadas e executadas [...].

A proposição pedagógica da Educação Inclusiva transita pela oferta de oportunidades de aprendizagem diversificada para os alunos. Se a “diferença é comum a todos” e assumimos a classe como heterogênea é importante responder a essa heterogeneidade em termos de estratégias de ensino e aprendizagem (RODRIGUES, 2006. P. 11).

Se faz necessário que cada docente empreenda intervenções pedagógicas, utilize-se de vários recursos, tenha uma fala clara e objetiva, adequando o ensino ao

tempo do aluno com autismo e remodelando o ambiente em que está inserido para que haja aprendizagem. Porém, Felício (2007, p. 25), chama a atenção de que

[...] para se educar um autista é preciso também promover sua integração social, é o primeiro passo para que aconteça esta integração, sendo possível por meio dela a aquisição de conceitos importantes para o curso da vida

Desta forma, a inclusão escolar das crianças com TEA é uma realidade, um direito adquirido por lei, que deve ser cumprido, pois com igualdade de oportunidades de ensino, essas crianças poderão desenvolverem-se cognitivamente, socialmente, como cidadãos plenos de direitos. Drago (2014, p.96), a respeito da inclusão na educação infantil afirma:

Pensar a inclusão na educação infantil é lutar duas vezes: uma pelo direito da criança pequena à educação de qualidade que veja como sujeito produtor de história, cultura e conhecimento e outro por acreditar que a criança pequena com algum tipo de comprometimento físico, mental ou sensorial tem capacidade de aprendizagem e também é sujeito social que possui, produz e reproduz cultura, conhecimento e história

Escola inclusiva é uma escola para todos onde cada um é visualizado como único, dentro de suas possibilidades de superação de suas dificuldades educativas. Não analisando suas necessidades especiais como empecilho para o não cumprimento do ensino. Drago (2014) a respeito da escola inclusiva nos fala “a escola inclusiva direciona-se para um ensino que, além de reforçar os mecanismos de interação solidária e os procedimentos cooperativos, auxilia o ser humano a se ver e se perceber como parte de um todo que independe de suas características físicas” (p. 78).

A escola deve estar organizada e preparada para receber a criança autista, a ponto de conseguir desenvolver-se cognitivamente e intelectualmente suas potencialidades, visto que antes de tudo tem de estar informada e ciente desse diagnóstico. Sendo assim, os autistas necessitam de ambientes educacionais estruturados e com adequação às suas necessidades. Cool *et al.* (1995), faz menção de como deve ser esta estrutura tão importante para educação do autista:

[...] 1) em primeiro lugar, refere-se à necessidade de que o ambiente não seja, excessivamente, complexo, senão, pelo contrário, relativamente simples. As crianças autistas têm um maior aproveitamento, quando são educadas em grupos pequenos [...], que possibilitem um planejamento bastante personalizado dos objetivos e procedimentos educacionais em um contexto

de relações simples e, em grande parte, bilaterais; 2) em segundo lugar, o ambiente deve facilitar a percepção e compreensão, por parte da criança, de relações contingentes entre suas próprias condutas e as contingências do meio[...]; 3) além disso, o educador deve manter uma conduta educadora[...] estabelecendo, de forma clara e explícita, seus objetivos, procedimentos, métodos de registro, etc. (COOL *et al*, 1995, p. 286).

Assim, baseando-se no contexto educacional apresentado e na preocupação com uma verdadeira inclusão de crianças com autismo em instituições de ensino regular, compreende-se a necessidade de se trabalhar com essas crianças dentro da escola.

A escola e, em especial, o professor pode assumir um papel importante na vida das crianças autistas se informados corretamente. O currículo das escolas deve ser adaptado às necessidades das crianças e não o contrário. Para isso, é preciso proporcionar oportunidades curriculares que sejam apropriadas à criança com habilidades e interesses diferentes.

Para promover uma verdadeira aprendizagem, o professor deve ser muito cuidadoso com: 1) a organização e condições estimuladoras do ambiente, 2) as instruções e sinais que a criança apresenta, 3) os auxílios que lhe são proporcionados, 4) motivações e reforços utilizados para fomentarem sua aprendizagem (COOL *et al*, 1995, p. 288).

Neste sentido, a preparação do professor para lidar com os alunos com autismo é de suma importância, pois este profissional é um dos principais responsáveis pela construção do conhecimento pedagógico no aluno, bem como, os valores e as normas sociais. É preciso refletir detalhadamente sobre a realidade atual e as proposições da legislação. Mediante esse contexto, construir estratégias que venham a fortalecer o profissional adequadamente com segurança diante das mudanças da contemporaneidade (LAZZERI, 2010).

Aparentemente, a formação continuada pode favorecer a implementação da proposta inclusiva, todavia necessita estar aliada às melhorias nas condições de ensino, ao suporte de profissionais no auxílio ao trabalho do professor, bem como ao compromisso de cada profissional em trabalhar para a concretização dessas mudanças.

Segundo Silva (2018, p.158), durante a prática pode estar contribuindo no desenvolvimento social de alunos com autismo através de “utilização de todos os recursos disponíveis relacionados à socialização, aquisição de linguagem e comunicação, e adequação de comportamentos” a fim de garantir o desenvolvimento

dessa criança. O docente deve estar atento a essas questões de socialização dos alunos de maneira que promova interação, estimulando o desenvolvimento da comunicação/ linguagem. O professor, de acordo com Mello (2007, p.30), pode contribuir no desenvolvimento da criança com autismo da seguinte forma:

1. Sente o mais próximo possível do professor; 2. Seja requisitado como ajudante do professor algumas vezes; use agendas e calendários, listas de tarefas e listas de verificação; 3. Seja ajudado para poder trabalhar e concentrar-se por períodos cada vez mais longos; 5. Seja estimulado a trabalhar em grupo e a aprender a esperar a vez; 6. Aprenda a pedir ajuda; 7. Tenha apoio durante o recreio onde, por exemplo, poderá dedicar-se a seus assuntos de interesse, pois caso contrário poderá vagar, dedicar-se a algum assunto inusitado ou ser alvo de brincadeiras dos colegas; 8. Seja elogiado sempre que for bem-sucedido.

Uma escola inclusiva é imprescindível e importante para todas que nela estão, uma vez que, inclusão implica melhoria da educação e na aprendizagem para todos os alunos.

A inclusão é um desafio que, ao ser devidamente enfrentado pela escola comum, provoca a melhoria da qualidade da educação básica e superior, pois para que os alunos com e sem deficiência possam exercer o direito à educação em sua plenitude, é indispensável que essa escola aprimore suas práticas, a fim de atender às diferenças (MANTOAN, 2007 p. 45).

Para que isso ocorra, o professor deve inserir ao processo educativo os apoios necessários para promover o aprendizado e convívio desta criança de acordo com os parâmetros legais. Ramos e Faria (2011. P.77), discorrem que:

Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades.

Os mesmos autores afirmam que “nestes casos e outros, que implicam em transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais especiais” (p. 77). Mudanças e progressos aconteceram na Educação Especial e as políticas públicas educacionais de inclusão no Brasil apresentaram muitos avanços nas últimas décadas. Todavia, ainda persiste a distância entre o que pregam os dispositivos legais e o que acontece de fato no cotidiano das salas de aula das nossas escolas. Afinal, uma história marcada por práticas excludentes e segregativas não é

fácil de ser apagada de uma hora para outra (RAMOS; FARIA, 2011, p. 78). Serra (2008, p.19) complementa de forma enfática:

Por educação de qualidade entendo aquela que garantirá aprendizagem e desenvolvimento aos seres humanos. A inclusão envolve participação democrática de todos, e isso inclui Estado, professores, familiares, alunos, etc. A inclusão não pode ocorrer por meio de um manual ou força de documentos políticos, pois envolve culturas, políticas e práticas pedagógicas, e, nesse caso, não só a diversidade do sujeito, mas a diversidade local deverá ser considerada, pois os princípios culturais vão orientar as decisões políticas e as práticas pedagógicas. A construção de valores sobre a inclusão é um processo cultural.

Segundo Brasil (2004, p. 25) a escola ou rede de ensino necessita de um professor que saiba “avaliar sua eficiência, avaliar problemas de comportamento e definir estratégias, principalmente deve saber demonstrar, atuando diretamente com a criança, tudo que quer transmitir”.

A inclusão de alunos autistas é polêmica por se tratar de pessoas que tem estereotipias causadas pelo transtorno. Esse fato é extremamente relevante, pois implica de forma direta nas trocas interpessoais que ocorrem na escola. É comum os autistas terem atitudes inesperadas e sem nenhuma explicação aparente. Esse comportamento atrai a atenção dos colegas, despertando, por vezes, situações engraçadas ou temor e desconfiança (SILVA, 2018).

Buscando apoio dos pais e professores e uma escola que possam ajudar na inclusão dessa criança na sociedade, sendo conduzido a uma rotina de trabalhos, e introduzindo a história fantasiada da criança, buscando objetos, livros que explorem a curiosidade, concentração e atenção da criança, estimulando sua independência e seu desenvolvimento a partir de cada faixa etária, o autista desenvolve-se e aprende. Deve-se, ainda, auxiliar os pais para ajudar o filho autista, por meio de médicos, terapeutas, psicólogos que possam ajudar no desenvolvimento da criança e auxiliar os pais de como devem lidar (MANTOAN, 2007).

2.5 Contribuições da Educação Física para o aluno com TEA

O autismo é uma condição associada ao desenvolvimento neurológico das crianças caracterizado por uma persistente deficiência na comunicação e nos relacionamentos sociais. Cabe salientar sobre a importância da forma como esse

diagnóstico é elaborado pelos pais das crianças com TEA. Schulman (2002, p. 17) afirma que assim que o diagnóstico é comunicado, “é importante dirigir os pais aos recursos úteis, o que auxilia na sensação de que existe algo para fazer”. Sabe-se que, no autismo, “nem todos são iguais e nem todos têm as mesmas características. Uns podem ser mais atentos, uns mais intelectuais e outros mais sociáveis, e assim por diante” (FERREIRA, 2009, p. 15).

As crianças/adolescentes com TEA podem obter “excelentes resultados proporcionados a partir das práticas esportivas e da atividade física”, principalmente, no que concerne nas “dimensões do aprendizado sensório-motor, da comunicação e da socialização”, bem como, pelo fato de serem fatores decisivos para o sucesso dos processos de aprendizagem dado a melhoria da motivação e da autoconfiança SILVA *et al.* 2018, p. 134).

Tendo em vista que a prática de exercícios físicos se apresenta como potenciais beneficiadores para as pessoas com algum tipo de incapacidades, pois, podem representar como uma mais valia no que compreende o tratamento de diferentes doenças. Outro fator beneficiador é em questão da manutenção da saúde, pois, evidencia-se que mais da metade de crianças com autismo se encontram com sobrepeso. Esse fato pode gerar riscos à saúde do autista ou agravar outras doenças pré-existentes, dentre as quais as “doenças cardiovasculares, diabetes, problemas ósseos e articulares e até mesmo a depressão ou ansiedade” (SILVA *et al.* 2018, p. 136).

Segundo Lourenço, Esteves, Corredeira (2016, p. 31-38), são diversos os benefícios que podem ser adquiridos com a atividade física por indivíduos com autismo. A seguir tem-se atividade com a finalidade oportunizar melhorias a saúde do indivíduo com TEA, todavia, essas melhorias podem ocorrer em aspectos diferentes:

Dança - que traz uma melhor coordenação neuromuscular;
Técnicas de Kata (técnicas de judô) -reduzem significativamente as estereotípias;
Os exercícios de estabilização do “core”- que beneficiam cabeça e corpo, que é muito utilizado também pela fisioterapia, fortalecem a musculatura do pescoço, abdômen, pernas, olhos, auxiliando na falta de atenção e inteligência e melhorando de forma significativa o equilíbrio estático;
Os treinos de trampolins - trazem a estabilidade e força, coordenação, equilíbrio, velocidade e agilidade;
Os exercícios de baixa intensidade - traz a redução do cortisol, relaxamento e melhora stress;
Exercícios aquáticos/natação – evidentes melhorias para habilidades de natação; reduz comportamento antissocial;

A corrida - melhor desempenho acadêmico; exercícios terapêuticos e atividades de lazer- diminui estresse, melhora produtividade, melhor interação social.

As atividades físicas e esportivas proporcionam excelentes oportunidades de aprendizagem para os indivíduos autistas, bem como prazer e autoestima, melhorando sua qualidade de vida. “Os benefícios do esporte e da atividade física não se limitam, simplesmente, ao bem-estar da pessoa” (SCHLIEMANN, 2013, p. 21). As atividades físicas/esportivas podem permitir o progresso do autista em vários aspectos relacionados às suas deficiências, tais como:

[...] melhor rendimento físico, melhor conhecimento das capacidades de seu corpo, melhor representação do seu corpo na relação com o ambiente externo, melhora comunicação e socialização com os companheiros de equipe e adversários através dos jogos coletivos (MASSION, 2006 p. 243).

Sendo assim, as atividades físicas e/ou esportes devem considerar as limitações individuais de cada um e o profissional deve estar atento ao considerá-las, bem como, devem estudar a melhor atividade e propor de forma individual, mas que possa englobar o desenvolvimento, a autoestima, a autoimagem, a interação de grupos, a estimular a independência, superação, além de permitir superar qualquer frustração que venha sentir por não conseguir desenvolver alguma atividade.

3 MARCO METODOLÓGICO

3.1 Tipo de Pesquisa

Nesta etapa, são explanadas as ferramentas indispensáveis para a consolidação do presente estudo desde a identificação de sua abordagem à consolidação da pesquisa. Procedimentos metodológicos são as atividades que o pesquisador desenvolve para a condução de uma pesquisa científica. Gil (2012, p. 49) afirma que metodologia:

[...] trata [...] do momento em que o pesquisador especifica o método que irá adotar para alcançar seus objetivos, optando por um tipo de pesquisa. É também o momento de definir como irá proceder na investigação, de argumentação, como pode apresentar a caracterização da pesquisa.

Com relação a metodologia utilizada, neste estudo, cabe ressaltar que o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo.

Quanto aos objetivos ou fins, caracteriza-se como pesquisa exploratória e descritiva. Exploratória pelo fato de que este autor buscou, principalmente, “[...] aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno [...]” (GIL, 2012, p. 36). Descritiva porque precisou levantar características próprias e adjacentes do problema e da população investigada, bem como “estabelecer relações entre variáveis” (VERGARA, 2009, p. 47).

Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa é bibliográfica (análise integrativa de literatura), que consiste segundo Gil (2012, p. 44), “[...] a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Quanto à análise e a abordagem (tratamento) dos dados, trata-se de uma abordagem qualitativa, por possuir uma relação com o mundo real e o sujeito de forma textual e não matemática.

3.2 Instrumento para Coleta de Informações

A metodologia utilizada para pesquisa consiste na revisão integrativa de literatura, que segundo Botelho, Cunha e Macedo (2011, p. 133) enfatizam que o

método da revisão integrativa pode ser “incorporado às pesquisas realizadas em outras áreas do saber, além das áreas da saúde e da educação” e que tem como intuito sintetizar o conhecimento e, assim, incorporar a aplicabilidade de resultados de estudos significativos na prática. Desse modo, permite apresentar as etapas constituintes e os aspectos relevantes que devem ser consideradas para a utilização desse recurso metodológico, portanto, trata-se de um estudo realizado através do levantamento bibliográfico e baseia-se na experiência descritas pelos autores em razão da realização de uma revisão integrativa.

A busca foi realizada através da seleção de 15 monografias, 12 revistas eletrônicas e 18 artigos que foram publicados com recortes temporal entre os anos de 2015 a 2019, coletado no período de fevereiro a maio de 2021, sendo relevante, pois oferecer subsídios que permitam reflexões e conhecimentos acerca da inclusão de crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas atividades de Educação Física Escolar e, assim, ressaltar as atividades físicas e esportivas que proporcionam oportunidades de aprendizagem para os indivíduos autistas.

3.3 Universo e Amostra da Pesquisa

Como relação aos critérios de seleção, foram utilizados textos disponíveis em português, com os seguintes descritores: Autismo; Educação Física Escolar; Inclusão; Alternativas Pedagógicas. Para o critério de exclusão foram as referências bibliográficas, teses, dissertação, monografias e estudos que não se enquadram no perfil apontado no método de pesquisa, bem como aqueles publicados antes de 2015.

Na primeira busca, com os seguintes descritores: Autismo; Educação Física Escolar; Inclusão; Alternativas Pedagógicas, foram encontrados 45 estudos, após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, restaram 28 estudos, que após a exclusão dos estudos duplicados resultou em 16 estudos, mas somente 13, após a leitura dos títulos e resumos, atenderam ao objetivo do estudo proposto.

3.4 Análise das informações

Para a construção do estudo foi necessário realizar o delineamento e definir a amostra do estudo. Também, análise criteriosa nos critérios de inclusão e exclusão.

Além disso, definiu-se o instrumento de coleta de dados, do procedimento de coleta e, por fim a discussão dos resultados e apresentação da revisão integrativa.

O estudo foi realizado por meio de leitura seletiva, analítica e interpretativa do material selecionado e apresentados por meio de gráficos e tabelas para verificar a importância de seus conteúdos para a elaboração do presente trabalho sobre inclusão de alunos de alunos autistas, por meio da educação física nas escolas de ensino regular (GIL, 2012).

Sendo assim, elaborou-se um instrumento de coleta de informações a fim de responder à questão norteadora desta revisão, composto pelos seguintes itens: título/ano, autores e considerações finais que servirá como base para nossa discussão.

4. MARCO ANALÍTICO

Foram escolhidos “25” artigos, mas apenas “13” responderam os critérios de seleção das propostas cujo percentual das bases de dados utilizadas neste estudo, teve maior quantidade de literaturas, conforme os descritores propostos: “7” monografias (60%), com cerca de “4” artigos (30%) e a que teve menos publicações foi com “2” revistas eletrônicas (10%). É possível conferir o quantitativo de publicações pelo (Gráfico 01).

O gráfico 01 foi utilizado com o objetivo de classificar o quantitativo de publicações pelo ano que foi publicado com a conclusão de que dos “13” artigos que foram utilizados no decorrer do estudo, o maior percentual está entre o ano de “2018” com percentual de (58,50%), “2017” com percentual de (15,50%), “2016” com percentual de (15,50%) e “2015” com percentual de (10,50%). Todos os artigos foram extraídos das bases de dados, totalizando (100%).

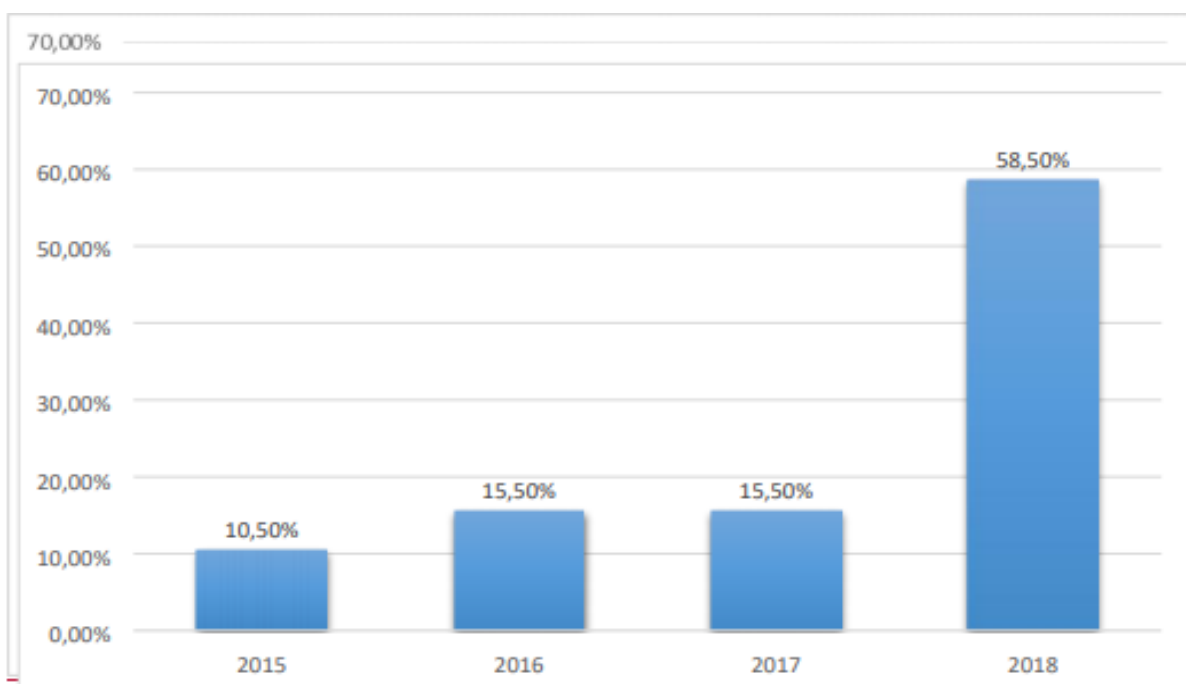


Gráfico 01: Distribuição dos 13 artigos encontrados de acordo com publicações dos estudos
Fonte: Elaborado do autor (produzida em 2021).

Os artigos do quadro 01 foram selecionados pelos critérios de inclusão previamente estabelecidos: autores, título do artigo/ano, conclusão.

AUTORES		TÍTULO DO ARTIGO	ANO	CONCLUSÃO
1	SILVA, Simone Gama da. LOPES, Simone Gama da Silva Diego Trindade. RABAY, Aline Albuquerque, Nobrega. SANTOS, Rogério Márcio Luckwudos.	Os benefícios da atividade física para pessoas com autismo	2018	Conclui-se que as atividades físicas proporcionam uma melhor qualidade de vida a pessoa com autismo, melhorando seu convívio social e interação com outras pessoas.
2	SANTOS, Claudielda Nunes da Silva. SILVA, Kesiane Belarmino da. SANTOS, Rayana Priscilla Campos. SILVA, Francycle Rodrigues.	A contribuição das aulas de educação física para a inclusão do aluno com TEA	2016	Os resultados mostraram que as aulas de Educação Física contribuem de forma positiva para a inclusão do aluno com TEA em contexto escolar, de forma que as vivências nessas aulas propiciarão melhorias no desenvolvimento das habilidades motoras e nas relações sociais deste aluno.
3	SILVA, Isabela Carolina Pinheiro da. PREFEITO, Carina Regina. TOLOI, Gabriela Galucci.	Contribuição da educação física para o desenvolvimento motor e social do aluno com Transtorno do Espectro do Autismo	2019	Pode-se concluir que a Educação Física tem propriedades que possibilitam contribuir no desenvolvimento motor e social dos alunos com Transtorno do Espectro Autismo e através da intervenção de ações de psicomotricidade identificou-se uma melhora significativa em diversas áreas de desenvolvimento motor e social, inclusive em questão da estruturação de aulas inclusivas.
4	MELLO, Lucas Augusto de. FIORINI, Maria Luiza Salzani. COQUEIRO, Daniel Pereira.	Benefícios da educação física escolar para o desenvolvimento do aluno com Transtorno do Espectro Autista na percepção dos professores	2019	Identificou-se que os PEF souberam definir o TEA, relataram a importância das aulas de Educação Física para o desenvolvimento geral do aluno com TEA, porém, algumas questões negativas foram citadas como a falta do diagnóstico do aluno, de apoio da escola e de conhecimento do PEF sobre o tema, além de faltar respostas mais justificadas em cada questão
5	PRAXEDES, Matheus Ramos da Cruz Jomilto.	A importância da educação física para o desenvolvimento motor de crianças e jovens com Transtornos do Espectro Autista	2018	Conclui-se que a educação física pode contribuir para o desenvolvimento motor de crianças e jovens com TEA por meio de um programa de exercícios especificamente elaborado.
6	ALMEIDA Junior, João Maria Cunha de. SOUSA, Francisco José Fornari.	Educação Física como ferramenta inclusiva para autistas	2016	Conclui-se que embora a falta de embasamento teórico, estrutura e recursos os docentes trabalham visando a inclusão e o desenvolvimento biopsicossocial do aluno autista.
7	OLIVEIRA, Fellype de. TOSIM, Alessandro.	Metodologias do exercício físico para pessoas com Transtorno do Espectro	2018	Os artigos mostram que um programa regular de exercício físico é capaz de promover ao indivíduo com autismo efeitos positivos, como redução do comportamento estereotipado e repetitivo, melhora no comportamento social, aprimoramento da capacidade física, motora e cognitiva, aumento do empenho

		Autista: uma revisão literária		acadêmico, diminuição dos níveis de estresse, atenuação do grau de autismo e melhorias na qualidade de vida. Além disso, os efeitos da prática de exercício físico, com uma metodologia adequada, são gradativos e mais duradouros, mesmo que fiquem sem treinamento durante algum período.
8	LIMA, Thiago Hallison Medeiros de.	Conhecendo o aluno com Transtorno do Espectro Autista: desafios e inclusão na educação física escola	2018	Segundo o Censo Escolar, as escolas públicas da cidade de Maceió têm registrado um número crescente de matrículas de educandos com TEA nos últimos anos. Por fim, acreditamos ser indispensável, uma prática docente que prime pelo planejamento e estruturação de uma proposta de ensino, a partir das necessidades individuais de cada criança, mas sem esquecer a realidade coletiva e proposta inclusiva do ambiente escolar.
9	SILVA, Geovana Torres da. ALVES, Maria Clara da Costa. CORREIA, Mesaque Silva.	A educação física na esteira da educação inclusiva: o papel do professor de educação física junto aos alunos autistas	2018	Ao término do estudo constatamos a problemática que a escola enfrenta no atendimento das crianças autistas quanto a sua infraestrutura e disponibilidade de materiais nas aulas de Educação Física, além de uma pedagogia aplicada pelo professor da disciplina que não favorece a total inclusão das crianças autistas, porém, é imprescindível ressaltar as dificuldades que o professor encontra com o quantitativo de alunos e o atendimento de crianças com necessidades especiais, em que por não ter a sua disposição ajudantes fornecidos pela escola o professor ajusta sua metodologia a partir do conhecimento que chega através das atendedoras particulares que acompanham as crianças. E por fim analisamos as respostas das demais crianças quanto sua relação com as crianças autistas, seus medos, suas aceitações com os colegas com necessidades especiais
10	SILVA, Joseana Ferreira da.	A inclusão do autista na educação física escolar.	2018	Estimular o educando a escolarização, realizar uma gestão estratégica do processo educativo da criança com autismo, apesar das especulações sobre diagnósticos e definição que realmente é o autismo, abordar aspectos nas aulas e compreender informações, a fim de contribuir o trabalho de profissionais da educação física nas escolas ao trabalhar a inclusão com crianças com autismo, e encontrar na literatura a influência da prática da atividade física nas características da criança com autismo.
11	BARBOSA, Marily Oliveira.	O transtorno do espectro autista em tempos de inclusão escolar: o foco nos profissionais de educação	2018	Como resultados apreendemos que as profissionais que lidavam com o estudante eram favoráveis a inclusão escolar, contudo enfrentavam inúmeros desafios em atuar na docência para com o estudante. Visando auxiliar no desenvolvimento da aprendizagem do estudante foi construído o PEI. Esse plano possibilitou que as profissionais dialogassem sobre o estudante e sua escolarização, ampliando assim a visão das potencialidades do estudante, assim foi possível construir atitudes e atividades que auxiliassem na inclusão escolar.
12	GONZÁLEZ, Patrícia de. SOUZA, Annye Picoli. FREITAS, Josiane Fujisawa Filus de.	Autismo e educação física: experiências no projeto de uma instituição especializada	2017	Verificou-se que os aspectos de interação social e coordenação motora foram os que mais apresentaram melhora em seus resultados de um semestre para o outro. Conclui-se que a prática de atividade física melhora a interação social, a comunicação verbal e não verbal e a coordenação motora entre outros aspectos

				das crianças autistas, de forma lúdica e fora dos consultórios terapêuticos.
13	CAVALETI, Amanda Noberto; BATISTA, Andréa Almeida de Araújo; FERNANDES, Camila Gali; SANTOS, Tamires Pereira dos; PAULO, Rafael Júlio de.	O cenário do processo de inclusão do aluno autista nas aulas de educação física: revisão da literatura	2017	Através dos argumentos apresentados na pesquisa, foi possível perceber que ainda ocorre dificuldade em incluir as crianças autistas nas escolas de ensino regular, e quando acontece a inclusão da mesma no ambiente escolar, o professor nem sempre está preparado para incluir este aluno em suas aulas. O que a literatura aponta é que as escolas precisam de mais qualificados para atender as necessidades desses alunos, proporcionar a oportunidade de ter um ensino-aprendizagem de caráter evolutivo e inclusivo.

Quadro 01: Artigos, revistas, documentos e pesquisas no Google acadêmicos que foram utilizados para a pesquisa.

Fonte: Elaboração do autor (produzida em 2021).

Esta pesquisa mostrou que a educação física e seus conteúdos, com ênfase nos esportes, são de grandes relevâncias para os alunos diagnosticados com Transtorno Espectro Autista (TEA), e não deve ser facultativa, como preconiza a LDB no seu artigo 26 § 3, a Educação Física deve estar integrada à proposta da escola, sendo componente curricular obrigatório na educação básica e facultativa no ensino médio, logo é preciso se atentar aos benefícios da Educação Física de modo inclusivo, e, assim atuar no desenvolvimento biopsicossocial do aluno autista (ALMEIDA; SOUZA, 2016).

Logo em seguida, teve o marco metodológico, que explicou o tipo de pesquisa, assim como os métodos utilizados nela, e, posteriormente, o marco analítico com as discussões e resultados encontrados no projeto, sendo seguido pelas considerações finais da pesquisa.

Tudo isso para afirmar que o esporte é regido por regras preestabelecidas, dando-lhe forma, significado e identidade, porém, também pode ser praticado com liberdade e finalidade lúdica estabelecida por seus praticantes, neste sentido, é preciso que essa temática seja ofertada aos alunos diagnosticados com autismo.

Evidencia-se que a prática de um programa regular de exercício físico é capaz de promover ao indivíduo com autismo efeitos positivos, dentre os quais: a redução do comportamento estereotipado e repetitivo, melhora no comportamento social, aprimoramento da capacidade física, motora e cognitiva, aumento do empenho acadêmico, diminuição dos níveis de estresse, atenuação do grau de autismo e melhorias na qualidade de vida, assim como, o que prevê a Lei 9394/96, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), assim como a Diretrizes Curriculares Nacionais

da Educação Básica (DCNs) os conteúdos a serem aplicados em todos os níveis do conhecimento (OLIVEIRA; TOSIM, 2018).

Para Mello *et al.* (2019) e Araújo (2017), no processo educacional é preciso que o aluno tenha a obrigação de vivenciar as atividades nas aulas de educação física, para que seu aprendizado para a vida seja mais significativo, visto que se não é obrigada essa prática, pode fragilizar o processo de aprendizagem. Segundo Lima (2018), a educação escolar é um processo coletivo cuja finalidade é colaborar na formação do educando, possibilitando a sua emancipação política, social e crítica. Logo não se deve negar as diversas práticas esportivas para esses alunos.

Para Praxedes (2018), a estruturação dessa unidade temática visa os critérios de cooperação, interação com o adversário, desempenho motor e objetivos táticos da ação, possibilitando a distribuição das modalidades esportivas em categorias, privilegiando as ações motoras intrínsecas, reunindo esportes que apresentam exigências motrizes semelhantes no desenvolvimento de suas práticas, que visam orientar e garantir a coerência das políticas de melhoria da qualidade de ensino, socializando discussões, de modo que a educação física pode contribuir para o desenvolvimento motor de crianças e jovens com TEA por meio de um programa de exercícios especificamente elaborado.

Para Silva *et al.* (2019), é preciso assegurar a educação física para que possa ser oferecida aos jovens uma perspectiva cultural mais sólida, para a construção de seres autônomos e críticos e possibilitem contribuir no desenvolvimento motor e social dos alunos com Transtorno do Espectro Autismo. Através da intervenção de ações de psicomotricidade identificou-se uma melhora significativa em diversas áreas de desenvolvimento motor e social, inclusive em questão da estruturação de aulas inclusiva, de modo a atingir a construção da cidadania dos alunos, visto que é preciso expandir seus horizontes e dotá-los de autonomia intelectual, assegurando-lhes o acesso ao conhecimento historicamente acumulado e à produção de novos conhecimentos, o que pode proporcionar habilidades para o exercício dos direitos sociais.

Para Silva *et al.* (2018), as aulas de educação física trazem um conjunto de experiências que influenciam a relação com o componente e seus conteúdos nessa etapa, mas também, podem transformar, no transcurso desse ciclo, o modo como lidam com esse universo e com os próprios corpos. Logo, é possível evidenciar que a educação física precisa estar como obrigatória também nesta etapa de ensino, visto

que é a última chance para o aluno ter acesso a um conjunto de conhecimentos sistematizados sobre a educação física e, Praxedes (2018), afirma que não se pode abrir mão de lhes oferecer o máximo de oportunidades possíveis, para que estabeleçam uma relação qualificada com a cultura corporal de movimento e o esporte pode ser o passaporte para essa conquista.

Para Silva *et al.* (2018), as crianças e jovens autistas podem se beneficiar das práticas esportivas e da atividade física nas dimensões do aprendizado sensório-motor, da comunicação e da socialização, além de serem fatores decisivos para o sucesso dos processos de aprendizagem dado a melhoria da motivação e da autoconfiança, contudo, é preciso que as atividades físicas e/ou esportes considerem as limitações individuais de cada um e o profissional deve estar atento ao considerá-las e estudar a melhor atividade de forma individual, que englobe desenvolvimento, autoestima, autoimagem, interação de grupos, estimular a independência, superar-se e também superar qualquer frustração que venha sentir a não conseguir desenvolver alguma atividade.

Silva *et al.* (2018), fomenta que as aulas de educação física permitem o progresso do autista em vários aspectos relacionados às suas deficiências, tais como: no rendimento físico, no melhor conhecimento das capacidades de seu corpo, na melhor representação do seu corpo na relação com o ambiente externo, na melhor comunicação e socialização com os companheiros de equipe e adversários através dos jogos coletivos. Enquanto para Santos *et al.* (2016), a educação física leva as possibilidades de solucionar os problemas relacionados com a falta de interação social, que afeta o convívio na escola, bem como de ajudar a enxergar alternativas de solução de problemas de diferentes naturezas.

Silva *et al.* (2018), é importante levar em consideração que o esporte é a ferramenta mais utilizada para o sucesso da educação física na escola, logo, é preciso tratar esse conteúdo como o direito ao acesso às práticas corporais pela comunidade, a problematização da relação dessas manifestações com a saúde e o lazer, sendo um passaporte para a autonomia do sujeito. É de suma importância que a educação através de planejamentos possa permitir uma aprendizagem significativa por meio da participação ativa dos educandos, vivenciando os fatos da sua realidade para assim refletir sobre e adotem atitudes que contribua para a transformação da sua realidade.

Silva *et al.* (2018), a escola deve desenvolver as dimensões motoras, afetivas, cognitivas, sociais e éticas dos alunos, para uma formação integral e humanista,

atraente e ética em todas as áreas do conhecimento, logo não se pode negar o conhecimento que a educação física oferece no ensino médio.

Neste sentido, Scarpato (2012) estimular o educando a escolarização, realizar uma gestão estratégica do processo educativo da criança com autismo. Apesar das especulações sobre diagnósticos e definição do que realmente é o autismo, deve-se abordar aspectos nas aulas e compreender informações a fim de contribuir com o trabalho de profissionais da educação física nas escolas ao trabalhar a inclusão com crianças com autismo. Também, encontrar na literatura a influência da prática da atividade física nas características da criança com autismo.

Silva (2018), diz ser necessário que todos da comunidade escolar estejam envolvidos na formulação de uma escola democrática. Para isso, é preciso criatividade na formulação do Projeto Político Pedagógico (PPP) para que o professor possa criar planos de aulas criativos, ajudando a desenvolver as diferentes habilidades e inteligências dos alunos com e sem necessidades especiais, afinal a gestão democrática quer que todos se desenvolvam integralmente para o sucesso da escola e, possivelmente, o sucesso e o aprendizado do aluno.

Para Barbosa (2018), os planejamentos devem ser participativos de modo que todos contribuam para o bom andamento da escola. Logo, é preciso acompanhar e intervir nas estratégias de ações, contribuindo decisivamente para a criação de um novo cotidiano escolar no qual a escola possa se identificar com o enfrentamento não só dos desafios imediatos, mas dos graves problemas sociais vividos na realidade escolar. Para Cavaleti (2017), o que a literatura aponta é que as escolas precisam se preocupar em qualificar seus profissionais para atender às necessidades desses alunos, proporcionar a oportunidade de ter um ensino-aprendizagem de caráter evolutivo e inclusivo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi estudado e analisado, compreende-se ser importante tornar acessível a entrada e permanência de crianças com autismo em escolas de ensino regular. No entanto, não é uma tarefa fácil tornar uma escola inclusiva, é necessário que governo, escola e família trabalhem juntos em prol da oferta de educação de qualidade, com as devidas condições e possibilidades para o desenvolvimento e aprendizagem. A inclusão tem seus aspectos favoráveis, mas também desfavoráveis. É necessário que na inclusão o aluno especial se desenvolva e que aprenda a lidar com suas limitações. Dessa forma, acredita-se que há avanços na aprendizagem desse aluno, na adaptação em realizar algumas atividades, rotinas e melhora em seu comportamento.

A família, ao se deparar com o diagnóstico de TEA, tende a buscar e coletar mais informações sobre o diagnóstico estabelecido. Entende-se que, quanto mais cedo a criança for diagnosticada e iniciar o tratamento, maiores serão as possibilidades de desenvolvimento dentro de suas capacidades físicas e mentais.

Durante a realização do trabalho desenvolvido, foi possível notar o quanto é importante para os alunos o desenvolvimento de suas capacidades, porém, existem dificuldades relacionadas à aprendizagem e socialização do aluno autista. Deve ser trabalhada cotidianamente, pois é necessário que na inclusão do aluno especial se desenvolva e que se aprenda a lidar com suas limitações. Dessa forma acredita-se que as crianças e jovens autistas podem se beneficiar das práticas esportivas e da atividade física nas dimensões do aprendizado sensório-motor, da comunicação e da socialização.

Porém, não existe uma fórmula mágica para se efetivar a integração aluno autista/educação física, pois cada escola vivencia uma realidade diferente. Nesse sentido, deve-se buscar ajuda no aprendizado dos alunos autistas, de modo a auxiliar com o apoio a pais, profissional de Educação Física e a escola. Isso contribui na socialização e na inclusão dessa criança nas aulas de Educação Física conduzida a uma rotina de trabalhos com a história fantasiada da criança, de modo a oportunizar materiais que explorem a curiosidade, concentração e atenção, estimulando sua independência e seu desenvolvimento a partir de cada faixa etária.

O docente precisa entender que a sua atuação deve causar impactos positivos, pois está mais do que comprovado que a Educação Física é o elemento primordial para o crescimento social e intelectual na nossa sociedade cada vez mais doente e violenta, assim, é perceptível a relevância dos esportes no contexto escolar, como elementos pedagógicos que possibilitam a inclusão e interação das crianças/jovens nas escolas, visando o desenvolvimento biopsicossocial, o que contribui para a formação de indivíduos mais ativos e saudáveis.

Portanto, conclui-se que os esportes integrados ao currículo da Educação Física no ensino fundamental e médio são de grande relevância para a formação dos autistas que se tornam sujeitos críticos e autônomos, capazes de desenvolverem-se de forma mais igualitária em nossa sociedade cada vez mais individualista e solitária.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA Junior, João Maria Cunha de. SOUSA, Francisco José Fornari. **Educação Física como ferramenta inclusiva para autistas**. Centro Universitário UNIFACVEST. 2016. Disponível em: https://www.unifacvest.edu.br/assets/uploads/files/arquivos/45169-almeida-junior,-joao-maria-cunha-de.-educacao-fisica-como-ferramenta-inclusiva-para-autistas.-lages,-unifacvest,-2016_2.-curso-de-educacao-fisica..pdf. Acesso em: 30/05/2021.
- AMARO, Deigles Giacomelli. **Educação inclusiva, aprendizagem e cotidiano escolar**. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 2006.
- ARAÚJO, Ceres Alves de; SCHWARTZMAN, José Salomão. **Transtorno do espectro do autismo**. São Paulo: Memnon, 2015.
- ASSOCIATION, American Phisiatric. **Manual de diagnóstico e estatístico de distúrbios mentais – DSM-5**. Estados Unidos: Artmed, 2014.
- BARBOSA, Marily Oliveira. O transtorno do espectro autista em tempos **de inclusão escolar: o foco nos profissionais de educação**. Revista Educação Especial, v. 31, n. 61, abr./jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/24248>. Acesso em: 30/05/2021.
- BATISTA, Cristina Abranches Mota. Deficiência, autismo e psicanálise. A peste: Revista de Psicanálise e Sociedade e Filosofia. **Revista Ciência Psicológica**, v.04, n.02, 2016.
- BARROS Ana Lucia; SENRA Luciana Xavier; ZAUZA, Clara Miranda Ferraz. **O processo de inclusão de portadores do transtorno do espectro autista**. 2015.
- BELISÁRIO, J. **Ensaio pedagógicos: construindo escolas inclusivas**. Brasília: MEC, SEESP. 2005.
- BOSA, Cleonice Alves; SEMENSATO, Márcia Rejane. A família de crianças com autismo: contribuições clínicas e empíricas. In: SCHMIDT; Carlo (org). **Autismo, educação e transdisciplinaridade**. 2. ed. Campinas: Papirus, p. 2-50, 2013
- BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Diário Oficial, nº 248, de 23/12/1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. Brasília: MEC, 2007. ORGANIZAÇÃO DAS

NAÇÕES UNIDAS. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, 2006.

BRASIL. Plano Nacional de Educação. **PNE nº 10.172**. Brasília: Senado Federal, 2001.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, 1998.

BRENTANI, E. P. **Reabilitação de crianças com necessidades especiais**. Rio de Janeiro: Pitanga, 3ª edição, p.180, 2013.

BROTTO, Fabio Otuzi. **Jogos Cooperativos: O jogo e o esporte como exercício de convivência**. Santos, SP: Projeto Cooperação, 2002.

CAMARGO, S. P. H.; BOSA, C. A. Competência social, inclusão escolar e Autismo: um estudo de caso comparativo. **Psic.: Teor. e Pesq.**; v 28, p 315-324, 2016.

CARVALHO, R. Inclusão e Escolarização de Alunos Autistas. **Pedagogia em Ação**, Brasília, v. 1, n. 1, 2009.

CASTRO, Jane Margareth; REGATTIERI, Marilza. **Interação Escola/família: subsídios para práticas escolares**. Brasília: UNESCO, MEC, 2015.

CAVALETI, Amanda Noberto; BATISTA, Andréa Almeida de Araújo; FERNANDES, Camila Gali; SANTOS, Tamires Pereira dos; PAULO, Rafael Júlio de. O cenário do processo de inclusão do aluno autista nas aulas de educação física: revisão da literatura. **Revista Gestão Universitária**. 2017. Disponível em: <http://gestaouniversitaria.com.br/artigos/o-cenario-do-processo-de-inclusao-do-aluno-autista-nas-aulas-de-educacao-fisica-revisao-da-literatura>. Acesso em: 30/05/2021.

CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS. **Decreto 6949** de 25 de agosto de 2009. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm..Acesso em 03 de maio 2021

COLL, C; PALACIOS, J; MARCHESI, A. **Desenvolvimento Psicológico e Educação: necessidades Educativas especiais e aprendizagem escolar**. Porto Alegre: Artmed, 1995.

CUNHA, E. **Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família**. 4 ed. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Legislação Educacional Brasileira**. 2ª ed. Rio de Janeiro: **DECLARAÇÃO DE SALAMANCA** – Conferência Mundial sobre Necessidades Especiais - Acesso e qualidade. Brasília: CORDE, 1994.

DECLARAÇÃO MUNDIAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS. (1990). Jontien, Tailândia. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf> Acesso em 10 de abril 2021.

DRAGO, Rogério. **Inclusão na educação infantil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014

FACION, J. R. **Transtornos do desenvolvimento e do comportamento**. 3 ed. Curitiba: Ibplex, 2007.

FELICIO, V. C. **O autismo e o professor: um saber que pode ajudar**. Bauru, 2007.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. **Gestão Participativa da Educação: atuais tendências, novos desafios**. São Paulo: Cortez, 2018.

FERREIRA, Joana Cristina Paulino. **Estudo exploratório da qualidade de vida de cuidadores de pessoas com perturbação do espectro do autismo**. Porto, 2009.

FIGUEIREDO, R. V. Incluir não é inserir, mas interagir e contribuir. **Inclusão: Revista da Educação Especial**, Brasília: Secretaria de Educação Especial, v. 5, n. 2, p. 32-38 julho/dezembro, 2016.

FIGUEIREDO, F. A. de A. **Análise do processo de funcionamento da inclusão de crianças com necessidades educativas especiais no sistema regular de ensino Milagre-Ce**. Icó/CE, 2007.

GAUDERER, E C. **Autismo e outros atrasos do Desenvolvimento: uma atualização para os que atuam na área: do especialista aos pais**. São Paulo: Sarvier, 1985.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GOFFREDO, V. F. S. de. **Fundamentos da Educação Especial**. Rio de Janeiro: UNIRIO/ CEAD, 2007.

GÓES, Maria Cecília Rafael de. LAPLANE, Adriana Lia Frizman de. (orgs). **Políticas e práticas da educação inclusiva**. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

GONZÁLES, Patrícia de. SOUZA, Annye Picoli. FREITAS, Josiane Fujisawa Filus de. Autismo e educação física: experiências no projeto de uma instituição especializada. **Revista Diálogos Interdisciplinares – GEPIFIP**. v. 1 n. 4 (2017). Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/deaint/article/view/5253>. Acesso em: 30/05/2021.

HÖHER CAMARGO, S. P.; BOSA, C. A. Competência social, inclusão escolar e autismo: um estudo de caso comparativo. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v.28, n.3, p.315-324, 2012.

KANNER, L. **Autistic disturbances of affective contact**. *Nervous Child*, 2, 217-250. 1943.

LAZZERI, C. **Educação Inclusiva para Alunos com Autismo e psicose: das políticas educacionais ao sistema de ensino**. Porto Alegre: Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2010.

LAMPREIA, C. Algumas considerações sobre a identificação precoce do autismo. In E. G. Mendes, M. A. Almeida, & M. C. P. I. Hayashi (Eds.), **Temas em Educação Especial: Conhecimentos para fundamentar a prática** (pp. 397-421). Araraquara, SP: Junqueira & Marin. 2008.

LIMA, Thiago Hallison Medeiros de. Conhecendo o aluno com Transtorno do Espectro Autista: desafios e inclusão na educação física escola. Anais do Congresso Brasileiro de Educação Especial. **Anais do 8º Congresso Brasileiro de Educação Especial**. Vol3,2018. Disponível em: <https://proceedings.science/cbee/cbee-2018/papers/conhecendo-o-aluno-com-transtorno-do-espectro-autista--desafios-e-inclusao-na-educacao-fisica-escolar>. Acesso em: 30/05/2021.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação inclusiva e igualdade social**. São Paulo, SP: Avercamp, 2016.

LOPES, A. C. **Clínica Médica: diagnóstico e tratamento**. São Paulo: Editora Atheneu, v. 6, p. 6254, 2014.

LOURENÇO, Carla; ESTEVES, Dulce; CORREDEIRA, Rui. Potencialidades da atividade física em indivíduos com perturbação do espectro do autismo. Desporto e Atividade Física para Todos – **Revista Científica da FPDD**, v. 2, n. 2, 2016. Disponível em: [file:///C:/Users/Thalita%20Karla/Desktop/ARTIGO%20SIMONE%20IESP/ASSUNTO S/Potencialidades.pdf](file:///C:/Users/Thalita%20Karla/Desktop/ARTIGO%20SIMONE%20IESP/ASSUNTO%20S/Potencialidades.pdf). Acesso em: 01 de maio de 2021.

MACEDO, R.M. **A família diante das dificuldades escolares dos filhos**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. (Org.). 5. Ed. São Paulo: Summus, 2006.

MASSION, J. Sport et autism. **Science & Sports**, v. 21, p. 243-248, 2006.

MAZZOTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MELLO, Lucas Augusto de. FIORINI, Maria Luiza Salzani. COQUEIRO, Daniel Pereira. Benefícios da educação física escolar para o desenvolvimento do aluno com Transtorno Do Espectro Autista na percepção dos professores. **Rev. Assoc. Bras. Ativ. Mot. Adapt.**, Marília, v.20, n.1, p.81-98, Jan. - Jun., 2019. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/sobama/article/view/9183>. Acesso em: 30/05/2021.

MELLO, A. M.S. R. **Autismo: guia prático**. 4. Ed. São Paulo: AMA; Brasília: CORDE, 2007.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação** v. 11 n. 33 set./dez. 2006.

MERCADANTE, Marcos Tomanik; ROSÁRIO, Maria Conceição do. Autismo e Cérebro Social. 1ª edição. São Paulo: Segmento Farma, 2009.

NOGUEIRA, Raimundo Augusto. **Mudanças na sociedade contemporâneas**. Mundo Jovem. São Paulo, nº. 123, fev. 2016.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de (Org.). **A criança e seu desenvolvimento: perspectivas para se discutir a educação infantil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

OLIVEIRA, Fellipe de. TOSIM, Alessandro. Metodologias do exercício físico para pessoas com Transtorno do Espectro Autista: uma revisão literária. **Revista Científica da FHO|UNIRARAS** v.6, n.2/2018. Disponível em: <http://www.uniararas.br/revistacientifica/documentos/art.038-2018.pdf>. Acesso em: 30/05/2021.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos do Homem**. Assembleia Geral das Nações Unidas, 12, 1948, Genebra, 1948.

ORRÚ, S. E. **A formação de professores e a educação de autistas**. Revista Ibero americana de Educación (Online), Espanha, v 31, p 01-15, 2013.

PAREDES, Sonia. **O papel da musicoterapia no desenvolvimento cognitivo nas crianças com perturbação do espectro do autismo**. Lisboa: ESEAG, 2012. Dissertação (Mestrado em Educação); Escola Superior de Educação Almeida Garrett, 2012.

PRAÇA, E. Uma reflexão acerca da inclusão de aluno autista no ensino regular. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Matemática) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora (MG), 2011. Disponível em: <http://www.ufjf.br/mestradoedumat/files/2011/05/Disserta%C3%A7%C3%A3o-E-lida.pdf>. Acessado dia: 26 de abril de 2021.

PRAXEDES, Matheus Ramos da Cruz Jomilto. A importância da educação física para o desenvolvimento motor de crianças e jovens com Transtornos do Espectro Autista. **Revista Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues Silveira (CAp-UERJ)**. v. 7, n. 14 (2018). Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/e-mosaicos/issue/view/1778>. Acesso em: 30/05/2021.

PRIETO, Rosangela Gavioli. **Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil**. In: ARANTES, Valéria Amorim (Org.). Inclusão escolar. 5. ed. São Paulo: Summus, 2006.

RAMOS, M. B. J.; FARIA, E. T. **Aprender e ensinar: diferentes olhares e práticas**. Porto Alegre: PUCRS, 2011.

REIS, Anderson de Araújo. **Educação ambiental e educação inclusiva: possíveis conexões**. Dissertação de Mestrado da Universidade Federal de Sergipe/UFS -São Cristóvão/SE, 2016.

RODRIGUES, David. (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.

SANCHES, Isabel. Compreender, Agir, Mudar, Incluir. Da investigação - ação e educação inclusiva. **Revista Lusófona em educação**. Lisboa, Portugal. 2005.

SANTOS, Ana Maria Tarcitano. **Autismo: desafio na alfabetização e no convívio escolar**. Centro de Referências em Distúrbios de Aprendizagem. São Paulo: CRDA, 2008.

SANTOS, Claudiella Nunes da Silva. SILVA, Kesiane Belarmino da. SANTOS, Rayana Priscilla Campos. SILVA, Francylle Rodrigues. A contribuição das aulas de educação física para a inclusão do aluno com TEA. **Encontro Alagoano de Educação Inclusiva**. 2017. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/eaei/article/view/3814>. Acesso em: 30/05/2021.

SANTOS, J. W. dos.; BARROSO, R. M. B. **Manual de Monografia da AGES: graduação e pós-graduação**. – Paripiranga: AGES, 2019.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 4. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2002 e Reedição em 2010.

SERRA, Dayse Carla Genero. **A inclusão de uma criança com autismo na escola regular: desafios e processos**. Rio de Janeiro: UERJ – Programa de Pós-Graduação em Educação, 2004.

SERRA, Dayse Carla Genero. **Entre a esperança e o limite: um estudo sobre a inclusão de alunos com autismo em classes regulares**. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2008.

SCHLIEMANN, André. Esporte e Autismo: Estratégias de ensino para inclusão esportiva de crianças com transtornos do espectro autista (TEA). Disponível em: file:///C:/Users/Thalita%20Karla/Desktop/ARTIGO%20SIMONE%20IESP/AndréLisandroSchliemann_TCC.pdf. 2013. Acesso em: 17 nov.2018.

SILVA, E. C. C. **Autismo e troca social: contribuições de uma abordagem microgenética**. Tese (Doutorado em Psicologia Cognitiva) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

SILVA, Simone Gama da. LOPES, Simone Gama da Silva Diego Trindade. RABAY, Aline Albuquerque Nobrega. SANTOS, Rogério Márcio Luckwu dos. Os benefícios da atividade física para pessoas com autismo. **Revista Diálogo em Saúde**. Volume 1 - Número 1 - jan/jun de 2018. Disponível em: <https://periodicos.iesp.edu.br/index.php/dialogosemsaude/article/download/204/181>. Acesso em: 30/05/2021.

SILVA, Cleonice Aparecida da. SILVA, Rosimeri Arruda. ASFORA, Rafaella. **Práticas pedagógicas inclusivas com crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil**. UFPE/2015.

SILVA, Isabela Carolina Pinheiro da. PREFEITO, Carina Regina. TOLOI, Gabriela Galucci. Contribuição da educação física para o desenvolvimento motor e social do aluno com Transtorno do Espectro do Autismo. **Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada**. v. 20 n. 1. 2019. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/sobama/article/view/9072>. Acesso em: 30/05/2021.

SILVA, Geovana Torres da. ALVES, Maria Clara da Costa. CORREIA, Mesaque Silva. A educação física na esteira da educação inclusiva: o papel do professor de educação física junto aos alunos autistas. **Anais VII ENALIC**. 2018. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/51231>. Acesso em: 30/05/2021.

SILVA, Joseana Ferreira da. A inclusão do autista na educação física escolar. Revista FEFISO. 2018. Disponível em: <https://fefiso.edu.br/download/tccs/A%20INCLUS%C3%83O%20DO%20AUTISTA%20NA%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20F%C3%8DSICA%20ESCOLAR.pdf>. Acesso em: 30/05/2021.

SILVEIRA, Luiza Maria de Oliveira Braga; WAGNER, Adriana. Relação família escola: práticas educativas utilizadas por pais e professores. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)**. v. 13, n. 2, p. 283-291, julho/dezembro de 2016.

SCHMIDT, Carlo. **Autismo, educação e transdisciplinaridade**. Campinas: Papirus, 2013.

SCHULMAN, C. Bridging the process between diagnosis and treatment. In R. GABRIELS; D. HILLS. **Autism- From research to individualized practice**. London: Jessica Kingsley Publishers, 2002.

SOUZA, Rita de Cássia Santos; ANJOS, Isa Regina Santos dos; FRANÇA-FREITAS, Maria Luiza Pontes de (Org.). **Dotação e talento na educação inclusiva**. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2014.

SOUZA, Rita de Cássia Santos; ANJOS, Isa Regina Santos dos; FRANÇA-FREITAS, Maria Luiza Pontes de (Org.). **Dotação e talento na educação inclusiva**. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2014.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

TANAKA, L. M. **Contos de fadas frente à Inclusão Escolar: A construção da imagem simbólica coletiva**. São Paulo: Biblioteca 24 horas, 2017.

UNESCO. **Declaração Mundial de Educação para Todos e Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem.** Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais, 06, 1994, Salamanca (Espanha). Genebra: Unesco, 1994.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 2009.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

XAVIER, A. G. P. Ética, técnica e política: a competência docente na proposta inclusiva. In: **Revista Integração.** Ministério da Educação/Secretaria de Educação. Especial. Ano 14. Edição n.º 24/2002.

WHITMAN, Thomas. **O desenvolvimento do autismo.** São Paulo: M. Books, 2015.

ANEXOS

ANEXO 01



TERMO DE RESPONSABILIDADE

RESERVADO AO REVISOR DE LÍNGUA PORTUGUESA

Anexar documento comprobatório de habilidade com a língua, exceto quando revisado pelo orientador.

Eu, Jaldemir Santana Batista Bezerra,
declaro inteira responsabilidade pela revisão da Língua Portuguesa do Trabalho de Conclusão
de Curso (Monografia), intitulado:

A inclusão na Educação Física de Aluno com transtorno
de espectro autista

a ser entregue por Ronaldo Souza Lima,
acadêmico (a) do curso de Educação Física - Licenciatura.

Em testemunho da verdade, assino a presente declaração, ciente da minha responsabilidade
no que se refere à revisão do texto escrito no trabalho.

Paripiranga, 10 de junho de 2021.

Jaldemir Santana Batista Bezerra
Assinatura do revisor

 Avenida Universitária, 25
Parque das Palmeiras - Cidade Universitária
Prof. Dr. Jayme Ferreira Bueno Paripiranga - BA

Rodovia Antônio Martins de Menezes,
770 Várzea dos Cedados
Caixa postal nº 122 Lagarto - SE

BR 116 - KM 277
Tucano - BA

Avenida Universitária,
701, Bairro Pedra Branca, BR 324
Jardim - SA

Rodovia Lomanto Junior, BR 407 - Centro
Caixa postal nº 245 Senhor do Bonfim - BA

Rua Dr. Ângelo Mourão
nº 27 - Ilhéus - BA, CEP 45600-000.



Faculdade AGES



O Diretor Acadêmico da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais,
no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do Curso de Licenciatura Plena em Letras
em 06 de março de 2005, confere o título de

Licenciado em Letras a

Faldemir Santana Batista

brasileiro, natural do Estado da Bahia, nascido a 30 de março de 1979, RG 09288424-52 - 9999-BR,
filho de João Batista Filho e Maria Santana Batista.

e outorga-lhe o presente Diploma, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Paripiranga-BR, 06 de março de 2005



José Wilson dos Santos
Diretor Acadêmico

Faldemir Santana Batista
Diplomado

Maria de Fátima Rebelo Andrade e Oliveira
Maria de Fátima Rebelo Andrade e Oliveira
Secretária Acadêmica

ANEXO 02

ages

TERMO DE RESPONSABILIDADE

RESERVADO AO TRADUTOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA: INGLÊS, ESPANHOL OU FRANCÊS.
Anexar documento comprobatório da habilidade do tradutor, oriundo de IES ou instituto de línguas.

Eu, Maiana Sousa de Andrade,

declaro inteira responsabilidade pela tradução do Resumo (Abstract/Resumen/Résumé)
referente ao Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia), intitulada:

A Inclusão na Educação Física de Aluno
com Transtorno de Espectro Autista

a ser entregue por Ronald de Souza Lima,
acadêmico (a) do curso de Educação Física

Em testemunho da verdade, assino a presente declaração, ciente da minha responsabilidade
pelo zelo do trabalho no que se refere à tradução para a língua estrangeira.

Paripiranga, 11 de junho de 2021.

Maiana Sousa de Andrade
Assinatura do tradutor



Achievement



WITH HONORS

This certifies that

Mariana Paula de Andrade

has successfully completed the Fisk English Course prescribed
for graduation from this school.

city of Itaquiraçu state of SP

6th de Novembro de 2016 date

Director

Arthur Diamanti de Sá

President

Roberto



Fundação
RICHARD HUGH FISK



Cambridge
michigan english tests

Authorized CAMLA Test Center

ANEXO 03



TERMO DE RESPONSABILIDADE

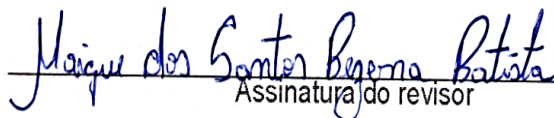
RESERVADO AO REVISOR DE NORMAS TÉCNICAS

Anexar documento comprobatório de habilidade, exceto quando revisado pelo orientador.

Eu, **MAIQUE DOS SANTOS BEZERRA BATISTA**, declaro inteira responsabilidade pela revisão da Língua Portuguesa do Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia), intitulado: **A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO FÍSICA DO ALUNO COM TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA** a ser entregue por **RONALDO SOUZA LIMA** acadêmico (a) do curso de Educação Física – Licenciatura.

Em testemunho da verdade, assino a presente declaração, ciente da minha responsabilidade no que se refere à revisão do texto escrito no trabalho.

Paripiranga, 11 de junho de 2021.


Assinatura do revisor



Avenida Universitária, 23
Parque das Palmeiras Cidade Universitária
Prof. Dr. Jayme Ferreira Bueno Paripiranga - BA

BR 116 - Km 277
Tucano - BA

Rodovia Lomanto Júnior, BR 407 - Centro
Cidade Postal nº 165 Seliador do Bonfim - BA

Rodovia Antônio Martins de Menezes,
279 Varzea dos Cagados
Cidade Postal nº 125 Lagarto - SE

Avenida Universitária,
701 Bairro Pedroza Brasileira BR 324
Jacobina (BA)

Rua Dr. Angelo Doucato,
nº 27 - Itacaré-BA, 44900-000.



UniAGES
Centro Universitário

O Reitor do Centro Universitário AGES, no uso de suas atribuições,
tendo em vista a conclusão do curso de Educação Física,
em 27 de abril de 2019, confere o título de

Bacharel em Educação Física a

Maique dos Santos Bezerra Batista

brasileiro, natural do estado de Sergipe, nascido em 16 de março de 1993, RG 24275204-SSP/SE,
filho de Miguel Bezerra e Dilma de Jesus dos Santos Bezerra,
e outorga-lhe o presente diploma a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

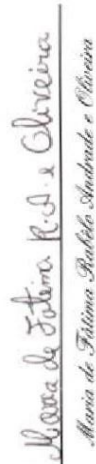
Paripiranga (BA), 27 de abril de 2019.


José Wilson dos Santos

Reitor


Maique dos Santos Bezerra Batista

Diplomado


Maria de Fátima R.S. e Oliveira

Secretária Acadêmica

